



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL



ANO XXVI - N.º 7

QUARTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1971

BRASÍLIA - DF

## CONGRESSO NACIONAL

### ATA DA 14.ª SESSÃO CONJUNTA EM 27 DE ABRIL DE 1971

#### 1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA

Às 10 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Alexandre Costa — Clodomir Millet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcanti — Augusto Franco — Lourival Batista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Paulo Tôrres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Carvalho Pinto — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Ozires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Matos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin.

E os Srs. Deputados:

#### Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

#### Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Rafael Faraco — ARENA.

#### Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Pedro Carneiro — ARENA; Stélio Maroja — ARENA.

#### Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pires Saboia — ARENA.

#### Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; José Pinheiro Machado — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Severo Eulálio — MDB; Sousa Santos — ARENA.

#### Ceará

Alvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Hildebrando Guimarães — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Osiris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroço — ARENA.

#### Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

#### Paraíba

Alvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

#### Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Ricardo Fiuza — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

#### Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansangão — MDB.

#### Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA; Passos Pôrto — ARENA.

#### Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flores — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hanequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Neco Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Baccelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Walson Lopes — MDB; Wilson Falcão — ARENA.

#### Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Elcio Alvares — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frotta — ARENA.

# EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA  
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA  
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA  
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO  
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEÔMENIS BOTELHO  
Chefe da Seção de Revisão

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

#### Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

#### Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

#### Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Silva Barros — ARENA; Walter Silva — MDB.

#### Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípedes Cardoso de Menezes — ARENA; Florim Coutinho — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; J G de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Lopo Coelho — ARENA; Marcelo Medeiros — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubens Berardo — MDB; Rubem Medina — MDB; Waldeiro Teixeira — MDB.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA;

Edgard Pereira — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

#### São Paulo

Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athié Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Bezerra de Mello — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; Jo-

sé Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Pedroso Horta — MDB; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Susumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

#### Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jarmond Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

#### Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

#### Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ardinai Ribas — ARENA; Ary de Li-

ma — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Emílio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; José Carlos Leprevost — ARENA; Maia Netto — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Sílvio Barros — MDB; Túlio Vargas — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

#### Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

#### Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Amara de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Ary Alcântara — ARENA; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Getúlio Dias — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Mário Mondino — ARENA; Marques Fernandes — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

#### Amapá

Antônio Pontes — MDB.

#### Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

#### Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Encontram-se presentes 52 Senhores Senadores e 289 Senhores Deputados.

Há número regimental. Está aberta a Sessão.

Vamos passar ao período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao Deputado Antônio Bresolin.

**O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente,

Srs. Senadores, acabo de ler notícia bastante auspiciosa. É que o Ministério da Agricultura vai pedir ao Conselho Monetário Internacional a compra de 32.000 toneladas de sementes de milho, destinadas ao plantio da safra 1971/72. As sementes a serem adquiridas serão resistente à doença conhecida por "ferrugem" ou "requeima", constatada pela primeira vez no Brasil em novembro último, em milharais do Paraná. Essa moléstia foi, depois, observada em outras regiões do Centro-Sul. Enquanto isso, o Ministério proibirá o plantio e a importação de milho portador dessa nova doença.

Sr. Presidente, a iniciativa é louvável. Acontece, no entanto, uma particularidade que tive ensejo de ressaltar, muitas vezes: até hoje, o Governo tem permanecido em silêncio, sem tomar providência alguma a respeito. Estamos importando milho híbrido. Pior do que isto é que o Governo tem financiado grupos econômicos, no Brasil, que produzem milho híbrido vendido aos colonos por preço escorchantes. Na minha região, Vale do Rio Uruguai, na fronteira com a Argentina, é onde se produz mais milho. Lá, mais de 40% dos agricultores não têm condições de comprar o milho híbrido. São forçados a replantar, muitas vezes, a mesma semente, de milho mole, que apresenta rendimento de 40 a 50% menos que o milho híbrido.

Há poucos dias, comentei a leitura de um livro maravilhoso sobre a agricultura norte-americana. Por ele verifiquei que mais de 97% dos lavradores plantam sementes de milho híbrido.

Nós, aqui no Brasil, estamos num atraso tremendo. Há pouco tempo, visitando a Estação Experimental do Ministério da Agricultura, em Passo Fundo, vi trabalho verdadeiramente maravilhoso, feito pelos técnicos brasileiros, com a hibridação do milho. Conheço como é feito tal processo, sei, portanto, que é demorado e custoso. Não se justifica, porém, que o nosso Governo, ao lançar campanhas de produtividade, através de todas as emissoras de rádio e televisão e de jornais, como se efetivamente, dentro do Brasil, estivessemos, de fato, empenhados no aumento da produção, se

descure de problema fundamental como o da semente.

A genética, no Brasil, é fator fundamental para solucionar o problema da produção. Sem genética, sem semente e melhores condições, ninguém pode acreditar em campanhas de produtividade.

É verdade que, ao lado desta iniciativa, outras se fazem necessárias, conforme tive a oportunidade de acentuar. Mas, em primeiro lugar, precisamos dar aos nossos agricultores sementes selecionadas e por preço acessível.

Há dias, na Comissão de Agricultura, tive a oportunidade de ouvir um representante do Estado de Alagoas dissertar sobre o preço escorchantes da semente de feijão, semente que, muitas vezes, não presta.

Aqui fica, Sr. Presidente, este registro, no sentido de que o Ministério da Agricultura desenferruge, de uma vez por todas, esta questão e atente para este problema, fazendo incluir, no Orçamento da República, verbas polpudas para a realização de obras desta natureza. Assim, o nosso colono que trabalha, que produz e é o sustentáculo da grandeza econômica desta Nação, terá, pelo menos, se não tiver outra coisa, sementes selecionadas para plantar. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Flávio Giovine.

**O SR. FLÁVIO GIOVINE (Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, inicialmente quero citar S. Exa. o Senhor Presidente da República.

"Ao assumir a Presidência da República, proclamei minha fé no homem e no campo, acentuando que o dever desta hora é a integração do homem do interior no processo de desenvolvimento nacional. "Isso não se faz — lembrei então — somente dando terra a quem não tem, e quer e pode ter". Mas se faz levando ao campo, entre outras coisas, a assistência médica e a previdência rural."

Senhor Presidente, Senhores Congressistas, neste momento em que realmente sentimos a verdadeira preocupação do Executivo Nacional, na

pessoa de Sua Excelência o Presidente da República, no tocante à Previdência ao Trabalhador Rural, nós, e creio tantos outros que compõem este Congresso, que militam ou militaram na agricultura, devemos sentir realmente ufanos por vermos que começam a concretizar-se velhas esperanças, árduas lutas, direitos mais que adquiridos, reivindicações intangíveis.

Representamos nesta Casa uma região agrícola por excelência — o Estado do Paraná, no seu noroeste — temos vivido e convivido, nestes últimos 25 anos, direta ou indiretamente, com o trabalhador rural, o conhecemos nas suas frustrações, seus temores, na sua luta, como também no seu amor à terra, à família, à sua planta e à Pátria; o conhecemos, na simplicidade que possui — dos grandes — não sabendo exigir seus direitos e a paga de seus sacrifícios, desconhecendo sua grandeza, sua importância no conteúdo nacional; pretendemos, pois, ser um a representá-lo nesta Casa de leis, onde concretamente discutem-se seus direitos assistenciais.

Reconhecemos que o momento atual de nossa Pátria implica em abertura de um sem-número de frentes de serviços e realizações, compreendemos que difícil será resolver definitivamente o problema da Previdência Rural.

Elogiamos a iniciativa presidencial. Todavia, achamos que deveríamos suplementar os recursos, nunca suficientes, propiciando, dessa forma, um pouco mais de condições para atender um mínimo de direitos compatíveis com a grande ajuda e sacrifício dessa classe, em prol do desenvolvimento do Brasil.

Ainda hoje — outrora muito mais — contribuíam os produtos agrícolas com a quase totalidade das exportações; hoje, talvez, somente o café ainda contribua com 40% da receita cambial brasileira. É justo, pois, que a pátria lhes retribua, embora tardiamente, com assistência à sua saúde, à sua família, para que possa ter, pelo menos, uma velhice condigna, após tantos anos de trabalho.

Por isso, representando-os, fazendo parte deste Congresso, integrando a Comissão Mista que estuda o projeto presidencial de Lei Complementar

n.º 1, que institui o programa de assistência ao trabalhador rural, propusemos emenda a ser apreciada pelos ilustres componentes da Comissão Mista, para inserir no art. 13.º, como inciso III, uma suplementação de recursos, por parte do Governo, baseada no recolhimento de 4% sobre o total do confisco cambial do café, enquanto este perdurar.

Esse produto é e será ainda da mais alta importância para a economia nacional, podendo-se mesmo dizer que foi a mola propulsora do nosso progresso, justificando mais e plenamente aqueles que, mourejando no eito, com seu sacrifício próprio e sacrifício dos seus, recebiam uma mínima parcela daquilo que eles mesmos erigiram. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura das Mensagens Presidenciais n.ºs 34 e 35, razão e finalidade da presente Sessão.

São lidas as seguintes

#### MENSAGENS

##### MENSAGEM

N.º 34, DE 1971 (CN)  
(N.º 70, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto do Decreto-lei n.º 1.162, de 25 de março de 1971, publicado no **Diário Oficial** do dia subsequente, que “dispõe sobre a subscrição pública de ações do Banco da Amazônia S.A.”

Brasília, em 22 de abril de 1971.  
— **Emílio G. Médici**.

E. M. n.º 71

Em 24 de fevereiro de 1971

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o anexo Projeto de Decreto-lei que dispõe sobre a subscri-

ção pública de ações do Banco da Amazônia S/A.

Em dezembro último foi aprovado por Vossa Excelência o projeto que, apresentado conjuntamente pelos Ministros da Fazenda e do Interior, resultou no Decreto-lei n.º 1.138, de 11 de dezembro de 1970. O referido texto legal autorizou a abertura do capital do Banco da Amazônia S/A, mediante oferta pública de ações correspondentes a parte do aumento.

De acôrdo com a referida autorização legal, a União, que ainda é proprietária de mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital do Banco da Amazônia S/A, passaria em uma primeira fase a deter 70% (setenta por cento) apenas daquele capital, mediante desistência do seu direito de preferência à subscrição de novas ações.

Ficou ainda prevista no mesmo texto legal, a exemplo do que fôra feito relativamente ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, uma posterior redução da participação acionária da União no Banco da Amazônia S/A, até o mínimo de 51% (cinquenta e um por cento).

O projeto ora submetido a Vossa Excelência contém duas inovações relativas à oferta pública das ações do Banco da Amazônia S/A. A primeira diz respeito à cobrança de ágio na subscrição das novas ações e a segunda à revogação a exigência legal relativa à proibição da compra de ações do Banco da Amazônia S/A por estrangeiros.

O exame das condições do mercado de ações e da situação patrimonial do Banco da Amazônia S/A revelou ser possível a colocação das ações com ágio; nos termos do projeto o ágio reverterá integralmente em benefício do próprio Banco, favorecendo, portanto, os próprios subscritores das novas ações. A proibição da compra de ações do Banco da Amazônia S/A por estrangeiros tem razões históricas que já não prevalecem.

Até há bem pouco tempo tinha o Banco um capital de apenas ..... Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), pertencendo 40% (quarenta por cento) das ações representativas desse capital em poder de

empresa governamental estrangeira. Essa situação estava ligada à produção e comercialização da borracha na Amazônia durante a Segunda Grande Guerra Mundial, quando o Governo dos Estados Unidos da América do Norte adquiriu as ações referidas. O Governo brasileiro, visando garantir o desenvolvimento do Banco da Amazônia S/A, adotou diversas providências no texto da Lei n.º 5.122, de 28 de setembro de 1966, tendo o cuidado de prever a proibição da compra de outras ações por estrangeiros.

A situação mencionada já não subsiste. Tendo comprado de entidade governamental norte-americana, que então detinha a propriedade desses papéis, totalidade das ações em poder de estrangeiros, a União se tornou proprietária de mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital do Banco da Amazônia S/A, que pôde então ser aumentado para cem milhões de cruzeiros.

As ações correspondentes ao novo aumento de capital, que atingiu a duzentos milhões de cruzeiros, apenas parcialmente serão oferecidas à subscrição pública. A União manterá ainda 70% (setenta por cento) do capital social do Banco da Amazônia, oferecendo o restante a milhares de novos acionistas. Cada um destes não poderá subscrever mais de dez mil ações, de acordo com o plano em execução, estando ainda percentualmente limitada por lei a propriedade dessas ações. Nada impediria, portanto, que estrangeiros residentes no País, pudessem adquirir ações do Banco da Amazônia S/A, cujo controle acionário pertencerá sempre à União.

A exigência da comprovação de nacionalidade poderia até mesmo prejudicar ao bom andamento dos trabalhos relativos à subscrição pelo público do aumento do capital do Banco da Amazônia S/A, fato esse que também justifica a revogação do texto legal relativo à proibição da compra de ações por estrangeiros.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda.

**DECRETO-LEI N.º 1.162  
DE 25 DE MARÇO DE 1971**

**Dispõe sobre a subscrição pública de ações do Banco da Amazônia S.A.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 55, item II, da Constituição,

**DECRETA:**

**Art. 1.º** — A subscrição pública decorrente de renúncia ao direito de preferência da União às novas ações do Banco da Amazônia S.A., a que se refere o art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.138, de 11 de dezembro de 1970, poderá ser feita com ágio, que reverterá em benefício da própria instituição e com limitação do número máximo de ações por subscritor fixada pelo Banco.

**Art. 2.º** — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o § 3.º do art. 3.º da Lei n.º 5.122, de 28 de setembro de 1966, e demais disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República. — **Emílio G. Médici — Antônio Delfim Netto.**

LEGISLAÇÃO CITADA

**LEI N.º 5.122**

**DE 28 DE SETEMBRO DE 1966**

**Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S.A.**

**Art. 3.º** — O capital do Banco da Amazônia S.A., atualmente de Cr\$ 150.000.000,00, poderá ser alterado por decisão de Assembléia-Geral, sempre que necessário, observada a legislação geral das sociedades anônimas e a legislação específica sobre o sistema financeiro nacional, em vigor, em especial a presente Lei.

**§ 3.º** — Somente pessoas brasileiras físicas ou jurídicas, poderão ser acionistas do Banco.

LEGISLAÇÃO CITADA

**DECRETO-LEI N.º 1.138  
DE 11 DE DEZEMBRO DE 1970**

**Dispõe sobre o oferecimento à subscrição pública de ações do Banco da Amazônia S.A., e dá outras providências.**

**Art. 1.º** — Para possibilitar a subscrição pública de ações e o aumento do capital do Banco da Amazônia S.A., a participação acionária da União naquele capital poderá ser reduzida, no ano de 1971, a até 70% (setenta por cento), mediante renúncia parcial ao direito de preferência para a subscrição de novas ações e, posteriormente, a até 51% (cinquenta e um por cento), mediante alienação de ações, na forma da legislação vigente.

**MENSAGEM**

**N.º 35, DE 1971 (CN)**

**(N.º 73, na origem)**

Excelentíssimos Senhores membros do Congresso Nacional:

Nos termos do parágrafo 1.º do artigo 55 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de exposição de motivos dos Senhores Ministros de Estado do Trabalho e Previdência Social e da Agricultura, o texto do Decreto-lei n.º 1.166, de 15 de abril de 1971, publicado no **Diário Oficial** do dia subsequente, que “dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical rural.”

Brasília, em 22 de abril de 1971. — **Emílio G. Médici.**

EM SG/DF N.º 573

Brasília, 30 de março de 1971

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de Decreto-lei que dispõe sobre o enquadramento sindical rural, até agora regulado pelo Decreto-lei n.º 789, de 26 de agosto de 1969.

Esse enquadramento foi estudado nos Ministérios do Trabalho e Previdência Social e da Agricultura, decorrendo dos mesmos o projeto ora apre-

sentado à consideração de Vossa Excelência, na forma de Decreto-lei, por se tratar de matéria tributária e requerendo urgência a sua promulgação (Art. 55, n.º II, da Constituição).

A matéria não é de fácil disciplinação. Isto porque, entre o empregador e o empregado rural existe um expressivo contingente de pequenos proprietários rurais que trabalham em regime de economia familiar, sem empregados, mas proprietários de terras. Esse terceiro grupo, prepondera em algumas regiões do País e em outras é inexpressivo. E tal circunstância é que gera maiores divergências quanto a um plano de enquadramento sindical, pois ora desejam eles, pela similaridade de condições de vida, enquadrar-se com os empregados, ora buscam o enquadramento patronal, dado que, pela condição de proprietários rurais, julgam esta posição mais condizente.

Para contornar ou amenizar situações de injustiça suscitadas pelo enquadramento anterior, procurou-se, através de um critério eminentemente técnico, enquadrar na categoria econômica aquele que explora imóvel rural de área igual ou superior ao módulo rural da respectiva região. Nessa solução procurou-se atender ao espírito das normas tutelares do Estatuto da Terra, dando-se uniformidade de tratamento à matéria.

Inova-se, por outro lado, quanto à aplicação da contribuição sindical, destinada agora, a propósitos sociais, econômicos e técnicos de agricultura, deixando-se para a fase da regulamentação, a ser baixada pelos Ministros do Trabalho e Previdência Social e da Agricultura, a distribuição daqueles recursos.

Por outro lado, fixa-se expressamente a responsabilidade pelo encargo do recolhimento de contribuição sindical devida pela categoria econômica, matéria omitida no Decreto-lei n.º 789, de 26 de agosto de 1969.

Ainda, e finalmente, dando um maior sentido de justiça tributária, o projeto corrige anomalia da legislação anterior, evitando que o pequeno proprietário de mais de um imóvel, mas cuja extensão, em conjunto, não seja superior à do módulo, pague pelas diversas propriedades a contribuição

sindical. Doravante, nessa hipótese, a contribuição incidirá apenas sobre um desses imóveis.

Valemo-nos do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos do nosso profundo respeito. — **Luiz Fernando Cirne Lima — Júlio Barata.**

#### DECRETO-LEI N.º 1.166 DE 15 DE ABRIL DE 1971

##### Dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical rural.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

##### DECRETA:

Art. 1.º — Para efeito do enquadramento sindical, considera-se:

##### I — trabalhador rural:

- a) a pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie;
- b) quem, proprietário ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros;

##### II — empresário ou empregador rural:

- a) a pessoa física ou jurídica que tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural;
- b) quem, proprietário ou não e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em área igual ou superior à dimensão do módu-

lo rural da respectiva região;

- c) os proprietários de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja igual ou superior à dimensão do módulo rural da respectiva região.

Art. 2.º — Em caso de dúvida na aplicação do disposto no artigo anterior, os interessados, inclusive a entidade sindical, poderão suscitá-la perante o Delegado Regional do Trabalho que decidirá após as diligências necessárias e ouvida uma comissão permanente constituída do responsável pelo setor sindical da Delegacia, que a presidirá, de um representante dos empregados e de um representante dos empregadores rurais, indicados pelas respectivas federações ou, em sua falta, pelas Confederações pertinentes.

§ 1.º — As pessoas de que tratam as letras b, do item I, e b e c, do item II, do art. 1.º, poderão, no curso do processo referido neste artigo, recolher a contribuição sindical à entidade a que entenderem ser devida ou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fazendo-se, posteriormente, o estorno, a compensação ou repasse cabível.

§ 2.º — Da decisão do Delegado Regional do Trabalho, caberá recurso para o Ministro do Trabalho e Previdência Social, no prazo de quinze dias.

Art. 3.º — Somente será reconhecido para a mesma base territorial um sindicato de empregados e outro de empregadores rurais, sem especificação de atividades ou profissão, ressalvado às entidades já reconhecidas o direito à representação constante da respectiva carta sindical.

Art. 4.º — Caberá ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, proceder ao lançamento e cobrança da contribuição sindical devida pelos integrantes das categorias profissionais e econômicas da agricultura, na conformidade do disposto no presente Decreto-lei.

§ 1.º — Para efeito de cobrança da contribuição sindical dos empregadores rurais organizados em empresas ou firmas, a contribuição sindical se-

rá lançada e cobrada proporcionalmente ao capital social, e para os não organizados dessa forma, entender-se-á como capital do valor adotado para o lançamento do imposto territorial do imóvel explorado, fixado pelo INCRA, aplicando-se em ambos os casos as percentagens previstas no art. 580, letra c, da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2.º — A contribuição devida às entidades sindicais da categoria profissional será lançada e cobrada dos empregadores rurais e por estes descontado dos respectivos salários, tomando-se por base um dia de salário-mínimo regional pelo número máximo de assalariados que trabalhem nas épocas de maiores serviços, conforme declarado no cadastramento do imóvel.

§ 3.º — A contribuição dos trabalhadores referidos no item I, letra b, do art. 1.º, será lançada na forma do disposto no art. 580, letra b, da Consolidação das Leis do Trabalho e recolhida diretamente pelo devedor, incidindo, porém, a contribuição apenas sobre um imóvel.

§ 4.º — Em pagamento dos serviços e reembolso de despesas relativas aos encargos decorrentes deste artigo, caberão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, 15% (quinze por cento) das importâncias arrecadadas, que lhe serão creditadas diretamente pelo órgão arrecadador.

Art. 5.º — A contribuição sindical de que trata este Decreto-lei, será paga juntamente com o imposto territorial rural do imóvel a que se referir.

Art. 6.º — As guias de lançamento da contribuição sindical emitidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, na forma deste Decreto-lei, constituem documento hábil para a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 606 da Consolidação das Leis do Trabalho.

**Parágrafo único** — O recolhimento amigável ou judicial das contribuições sindicais em atraso somente poderá ser feito diretamente no órgão arrecadador, que providenciará as transferências e créditos na forma dos artigos 7.º e 9.º deste Decreto-lei.

Art. 7.º — O produto da arrecadação da contribuição sindical rural,

depois de deduzida a percentagem de que trata o § 4.º do art. 4.º, será transferido, diretamente, pela agência centralizadora da arrecadação, à respectiva entidade, obedecida a distribuição e as normas fixadas em instruções baixadas pelos Ministros do Trabalho e Previdência Social e da Agricultura.

§ 1.º — A aplicação da contribuição sindical rural, objetivando o desenvolvimento setorial e atendidas as peculiaridades de cada categoria, será feita pelas respectivas entidades, nos termos de instruções baixadas pelos Ministros do Trabalho e Previdência Social e da Agricultura, que estabelecerão normas visando a harmonizar as atividades sindicais com os propósitos sociais, econômicos e técnicos da agricultura.

§ 2.º — As transferências previstas neste artigo serão feitas para a conta corrente das entidades credoras na Agência do Banco do Brasil.

§ 3.º — Se não existir agência local do Banco do Brasil, as transferências serão feitas para a conta corrente no estabelecimento bancário aprovado pelo Delegado Regional do Trabalho, obedecido o disposto no Decreto-lei n.º 151, de 9 de fevereiro de 1967.

§ 4.º — Se não existir entidade representativa ou coordenadora das categorias respectivas com jurisdição na área de localização do imóvel rural de que se trata, proceder-se-á de acordo com o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho sobre a matéria.

Art. 8.º — Compete ao Ministro do Trabalho e Previdência Social dirimir as dúvidas referentes ao lançamento, recolhimento e distribuição de contribuição sindical de que trata este Decreto-lei, expedindo, para esse efeito, as normas que se fizerem necessárias, podendo estabelecer o processo previsto no art. 2.º e avocar a seu exame e decisão os casos pendentes.

Art. 9.º — Aplicam-se aos infratores deste Decreto-lei as penalidades previstas nos arts. 598 e 600 da Consolidação das Leis do Trabalho.

**Art. 10** — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República. —  
**EMÍLIO G. MÊDICI** — **L. F. Cirne Lima** — **Júlio Barata**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### DECRETO-LEI N.º 151

DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967

**Dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, Sesc, Senai, Senac e das entidades sindicais.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9.º, § 2.º, do Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1965, decreta:

**Art. 1.º** — As disponibilidades do Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e dos Sindicatos, Federações e Confederações das categorias econômicas e profissionais deverão ser mantidas em depósito exclusivamente no Banco do Brasil S.A. e nas Caixas Econômicas Federais.

**Parágrafo único** — Excluem-se da obrigatoriedade de que trata o artigo 1.º os depósitos dos Sindicatos sediados em localidades onde não exista Agência de um dos estabelecimentos ali mencionados, assim como aqueles que, excepcionalmente, for indispensável, a qualquer das entidades referidas no artigo, manter nessas localidades, por período determinado, para atender ao pagamento de obras em realização ou de serviços prestados.

**Art. 2.º** — Os depósitos das entidades mencionadas no art. 1.º existentes, na data da publicação deste Decreto-lei, em qualquer outro estabelecimento bancário, ressalvadas as hipóteses dos parágrafos únicos do art. 1.º e deste artigo, serão transferidos para o Banco do Brasil ou para as Caixas Econômicas Federais, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único** — Tratando-se de depósito a prazo fixo será mantido até a data do respectivo vencimento. Quanto aos de aviso prévio, considerar-se-á este efetivado na data da



publicação dêste Decreto-lei. Em um e outro caso, vencido o prazo, deverá ser realizada a imediata transferência do depósito previsto no artigo.

**Art. 3.º** — A inobservância do disposto nos arts. 1.º e 2.º e seus parágrafos importará na responsabilidade pessoal do dirigente da entidade, com a aplicação da penalidade administrativa cabível, independente da responsabilidade civil e criminal que resultar de eventuais danos patrimoniais.

**Art. 4.º** — O estabelecimento bancário que mantiver depósito existente ou aceitar novo, em desacordo com o disposto nos arts. 1.º e 2.º e seus parágrafos, ficará sujeito às sanções cabíveis para a infração grave de disposições legais.

**Art. 5.º** — Caberá ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, pelos seus representantes nos Conselhos Fiscais do SESC e do SENAC e nos Conselhos Nacionais do SESI e do SENAI, e pelo Departamento Nacional do Trabalho e as Delegacias Regionais do Trabalho, quanto às entidades sindicais, a fiscalização do cumprimento do disposto neste Decreto-lei.

**Art. 6.º** — Caberá ao Banco Central da República do Brasil a fiscalização do cumprimento das disposições dêste Decreto-lei, no tocante aos estabelecimentos bancários, inclusive para o efeito da aplicação das sanções previstas no art. 4.º

**Art. 7.º** — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1967;  
146.º da Independência e 79.º da República. — **H. CASTELLO BRANCO** — Octávio Bulhões — L. G. do Nascimento e Silva — Luiz Marcello Moreira de Azevedo.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 580** — A contribuição sindical será paga de uma só vez, anualmente, e consistirá:

- a) na importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho, para os empregados;

qualquer que seja a forma da referida remuneração;

b) para os agentes ou trabalhadores autônomos e para os profissionais liberais, numa importância variável de 4% (quatro por cento) até 10% (dez por cen-

to) do maior salário-mínimo mensal vigente no País, fixada na forma do art. 583;

c) para os empregadores, numa importância proporcional ao capital da respectiva firma ou empresa, conforme a seguinte tabela progressiva:

Discriminação	Porcentagem
Capital até 50 (cinquenta) vezes o salário-mínimo fiscal	0,5 % do capital
Sobre a parte do capital, excedente de 50 (cinquenta) vezes o salário-mínimo fiscal e até 1.000 (mil) vezes	0,1 % do capital
Sobre a parte do capital excedente de 1.000 (mil) vezes o salário-mínimo fiscal e até 50.000 (cinquenta mil) vezes	0,05% do capital
Sobre a parte do capital excedente de 50.000 (cinquenta mil) vezes o salário-mínimo fiscal e até 500.000 (quinhentas mil) vezes, limite máximo para o cálculo do imposto	0,01% do capital

§ 1.º — É fixada em 1/25 (um vinte e cinco avos) do salário-mínimo fiscal a contribuição mínima devida pelos empregadores, independentemente do capital social da empresa.

§ 2.º — Para efeito de cálculo da contribuição prevista na tabela constante da alínea c, considerar-se-á salário-mínimo fiscal o maior salário-mínimo mensal vigente no País, arredondando para NCr\$ 1,00, um cruzeiro novo, a fração porventura existente.

§ 3.º — Os agentes ou trabalhadores autônomos organizados em empresa, com capital registrado, recolherão a contribuição aos respectivos sindicatos, de acordo com a tabela constante da alínea c. (150)

**Parágrafo único** — A gradação da multa atenderá à natureza da infração e às condições sociais e econômicas do infrator.

**Art. 600** — O pagamento da contribuição sindical efetuado fora do prazo do recolhimento referido neste Capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de mora de dez por cento, revertendo a importância correspondente a essa multa em favor do sindicato respectivo, ficando, nesse caso, o infrator, isento de outra penalidade.

§ 1.º — Na inexistência de sindicato, o disposto neste artigo será recolhido à respectiva federação e, na sua inexistência, à confederação respectiva.

§ 2.º — Não existindo sindicato ou entidade de grau superior será recolhido para a conta "Emprego e Salário". (157)

#### SEÇÃO III

#### Da Comissão da Contribuição Sindical (156)

#### SEÇÃO IV

#### Das penalidades

**Art. 598** — Sem prejuízo da ação criminal e das penalidades previstas no art. 553, serão aplicadas multas de 1/50 (um cinquenta avos) do salário-mínimo a 20 (vinte) salários-mínimos regionais, pelas infrações dêste Capítulo, impostas pelas Delegacias Regionais do Trabalho.

**Art. 606** — As entidades sindicais cabe, em caso de falta de pagamento da contribuição sindical, promover a respectiva cobrança judicial, mediante ação executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelo Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou pelas autoridades regionais do Ministério do Tra-



balho e Previdência Social, nos Estados.

§ 1.º — O Ministro do Trabalho e Previdência Social baixará as instruções regulando a expedição das certidões a que se refere o presente artigo, das quais deverá constar a individualização do contribuinte, a indicação do débito e a designação da entidade a favor da qual será recolhida a importância da contribuição sindical, de acordo com o respectivo enquadramento sindical. (158)

§ 2.º — Para os fins da cobrança judicial da contribuição sindical, são extensivos às entidades sindicais, com exceção do fôro especial, os privilégios da Fazenda Pública para a cobrança da dívida ativa.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — De acordo com as indicações das lideranças, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de emitir parecer sobre as mensagens:

#### MENSAGEM

N.º 34, DE 1971 (CN)

Pela Aliança Renovadora Nacional: Senadores José Lindoso, Renato Franco, Geraldo Mesquita, Alexandre Costa, Saldanha Derzi, Emival Caiado, Wilson Campos, Helvídio Nunes, Milton Cabral, Arnon de Mello, e os Srs. Deputados Magalhães Melo, Nosser Almeida, Juvêncio Dias, Arnaldo Prieto, João Linhares, Marcílio Lima, Nunes Freire e Oceano Carleial.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro: Senador Adalberto Sena e os Srs. Deputados Joel Ferreira, Júlio Viveiros e Ruy Lino.

#### MENSAGEM

N.º 35, DE 1971 (CN)

Pela Aliança Renovadora Nacional: Senadores Orlando Zancaner, Flávio Brito, Milton Trindade, Waldemar Alcântara, Heitor Dias, Tarso Dutra, Matos Leão, Carvalho Pinto, Ozires Teixeira, Teotônio Vilela e os Srs. Deputados João Alves, Batista Miranda, Mário Teles, Manoel Rodrigues, Souza Santos, José Sampaio, Ramundo Diniz e Henrique Fanstone.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro: Senador Franco Montoro e os Srs. Deputados Wálter Silva, Francisco Amaral e Juarez Bernardes.

Lembro a cada uma das Comissões Mistas que, nos termos do art. 110 do Regimento Comum, seu Parecer deverá ser proferido no prazo de 20 (vinte) dias e concluirá pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando ou rejeitando o Decreto-lei.

A convocação de Sessão destinada à apreciação de cada uma das matérias será feita de acordo com a publicação e distribuição de avulsos do respectivo parecer.

Antes de encerrar a presente Sessão, lembro aos Senhores Congressistas que haverá Sessão Conjunta do Congresso Nacional, às 21 horas de hoje, destinada à discussão dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 15, 16, 17 e 18, de 1970 (CN), que aprovam, respectivamente, os textos dos Decretos-lei n.ºs 1.131, 1.132, 1.133 e 1.134, de 1970.

Está encerrada a Sessão.

### ATA DA 15.ª SESSÃO CONJUNTA EM 27 DE ABRIL DE 1971

#### 1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA

As 21 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Millet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcanti — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Batista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Tôres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farrah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Milton

Campos — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Ozires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Matos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin.

E os Srs. Deputados:

#### Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

#### Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Rafael Faraco — ARENA.

#### Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Pedro Carneiro — ARENA; Stélio Maroja — ARENA.

#### Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pires Sabóia — ARENA.

#### Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; José Pinheiro Machado — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Severo Eulálio — MDB; Sousa Santos — ARENA.

#### Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Hildebrando Guimarães — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Osiris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

**Rio Grande do Norte**

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

**Paraíba**

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduih Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

**Pernambuco**

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Ricardo Fiúza — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

**Alagoas**

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

**Sergipe**

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Ramundo Diniz — ARENA; Passos Pôrto — ARENA.

**Bahia**

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flores — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hanequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Nery Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Walson Lopes — MDB; Wilson Falcão — ARENA.

**Espírito Santo**

Argilano Dario — MDB; Elcio Álvares — ARENA; Josécarios Fonsêca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

**Rio de Janeiro**

Adolpho Oliveira — MDB; Alberto Lavinias — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Silva Barros — ARENA; Walter Silva — MDB.

**Guanabara**

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípides Cardoso de Menezes — ARENA; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Lopo Coelho — ARENA; Marcelo Medeiros — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osneli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubens Berardo — MDB; Rubem Medina — MDB; Waldemiro Teixeira — MDB.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scaranó — ARENA; Edgard Pereira — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fagundes Netto — ARENA; Francélino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Re-

zende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

**São Paulo**

Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Bezerra de Mello — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Pedroso Horta — MDB; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sílvio Lopes — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

**Goiás**

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jarmond Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

**Mato Grosso**

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

**Paraná**

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ardinal Ribas — ARENA; Ary de Li-

ma — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Emílio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; José Carlos Leprevost — ARENA; Maia Netto — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Sílvio Barros — MDB; Túlio Vargas — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

#### Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Larte Vieira — MDB; Pedro Collim — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

#### Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Ary Alcântara — ARENA; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Mário Mondino — ARENA; Marques Fernandes — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

#### Amapá

Antônio Pontes — MDB.

#### Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

#### Roraima

Sílvio Botelho — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Acham-se presentes 61 Srs. Senadores e 297 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidas as seguintes:

Excelentíssimo Senhor Presidente

Tenho a honra de, na qualidade de Líder em exercício do MDB, propor a substituição do nobre Sr. Senador Ruy Carneiro pelo Sr. Senador Benjamin Farah na Comissão Mista incumbida de apreciar o Projeto de Lei Complementar n.º 3, de 1970, que fixa normas para o cumprimento do disposto nos artigos 98 e 108, § 1.º, da Constituição (Paridade Salarial no Serviço Civil Brasileiro).

Brasília, em 27 de abril de 1971. — Senador **Adalberto Sena**, no exercício da Liderança do MDB.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência a substituição do Sr. Deputado Ulisses Guimarães pelo Sr. Deputado Alberto Lavinias na representação do Movimento Democrático Brasileiro na Comissão Mista incumbida de apreciar o Projeto de Lei n.º 3, de 1970 (CN), paridade de vencimentos.

Brasília, em 27 de abril de 1971. — Deputado **Francisco Amaral**.  
Do Líder do MDB

Ao Excelentíssimo Senhor

Senador **Petrônio Portella**

DD. Presidente do Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrônio Portella)** — Serão feitas as substituições solicitadas.

Passa-se ao período de breves comunicações.

Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Bresolin.

**O SR. ANTÔNIO BRESOLIN** — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o vinho é a mais deliciosa de todas as bebidas. Lamentavelmente, o Brasil, a despeito de figurar entre os grandes produtores da América Latina, é um País onde praticamente não se toma vinho. Nesse particular, figuramos ao lado dos países mais atrasados do mundo.

Há poucos dias, em artigo de minha autoria, publicado em inúmeros jornais, tive oportunidade de demonstrar, através de dados estatísticos, que

praticamente não se toma vinho no Brasil.

Se bebêssemos vinho como o fazem os portugueses, os 300 milhões de litros produzidos no Rio Grande do Sul praticamente seriam consumidos, quase todos eles, dentro daquele Estado. E, por incrível que pareça, com uma produção tão reduzida, em relação à imensidão territorial do Brasil e à sua densidade demográfica, mesmo assim o vinho gaúcho encontra dificuldade de consumo. É um fato profundamente lamentável e inúmeros fatores são responsáveis pelo que vem ocorrendo.

A exiguidade do tempo não me permite fazer uma apreciação, sobre esse assunto, como seria necessário mas, como já tive oportunidade de fazê-lo em outras vezes, através de trabalho jornalísticos e da tribuna da Câmara dos Deputados, vou limitar-me a repetir, em síntese, o que disse no meu artigo de jornal e apelar para o Governo, sobretudo para o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que sejam adotadas as providências que tantas vezes tenho reclamado, em favor da vitivinicultura nacional. E tão acertado tenho andado nos meus comentários sobre este assunto que ainda agora acabo de receber, da maior indústria de vinhos do meu Estado, uma carta que por si só justifica a minha presença nesta tribuna na noite de hoje. É a seguinte:

“Bento Gonçalves, 31 de março de 1971.

Ilmo. Sr.

Dr. Antonio Bresolin

DD. Deputado Federal

Brasília — DF

Prezado Senhor,

Apraz-me dar em mãos, o pronunciamento de V. Exa., feito na Câmara dos Deputados, e de cujo conteúdo interrei-me, com particular atenção.

Levo minhas felicitações a Vossa Excelência, que de maneira objetiva, relembrou a seus pares e à Nação, as raízes de um problema que até hoje, praticamente, não

teve solução e encaminhamento adequados.

A II.<sup>a</sup> Festa Nacional do Vinho, da qual nossa Empresa foi uma entusiasta e colaboradora, se propôs a mostrar, a todos quantos o desejassem, as bases de uma atividade econômica sólida e estável, representada pela poderosa indústria do vinho, que em 1970 carreteou aos cofres públicos, a respeitável soma de 12 milhões de cruzeiros de IPI e 3 milhões de ICM, no Estado, num atestado eloquente de sua produtividade.

No ensejo em que levo ao ilustre Deputado os meus mais sinceros cumprimentos, pela tese apresentada e defendida, o faço imbuído da certeza do eco de suas palavras junto àqueles que possuem as melhores condições de solvência do problema.

Sem outro particular, e esperando continuar a merecer a atenção do distinto amigo, firmo-me, Atenciosamente. — **Ayrton Luis Giovannini**, Diretor Industrial."

Senhor Presidente, ao ler esta correspondência, faço-o com o desejo de alertar mais uma vez os Podêres Públicos, para que no Brasil se implante a mesma política que tive oportunidade de observar na França, na Alemanha, na Espanha, na Itália e, sobretudo, em Portugal. Que se faça aquilo que se faz na Argentina e no Chile. E só assim, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, poderemos transformar a indústria do vinho numa das maiores fontes da economia nacional. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao Deputado Jerônimo Santana.

**O SR. JERÔNIMO SANTANA (Comunicação — Lê.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: o Território de Rondônia passa por um período de transição onde a improvisação administrativa, a par da incapacidade e despreparo de seus Governadores, agrava toda uma conjuntura onde a tônica é a corrupção desenfreada, em meio ao imobilismo administrativo, sofrendo com isso a população daquela unidade federada.

As poucas verbas destinadas pelo orçamento ao território são pulverizadas sem critério, para não dizer desviadas, bem como os recursos advindos das arrecadações locais. Exemplo do que afirmamos está na aventura que constituiu o asfaltamento de Pôrto Velho. A propósito, incorporo ao meu discurso a inicial de uma ação popular proposta pelo cidadão Frontim Raimundo Cunha quando pediu à justiça providências contra aquela aventura, tudo conforme se vê dos itens 1 a 45 da peça inicial daquela ação tramitando no fóro de Pôrto Velho de que dá notícia o **Diário Oficial do Território** edição de 20-10-69.

**Ilmo. Sr. Doutor Juiz de Direito da Comarca de Pôrto Velho cumulada à Jurisdição do Doutor Juiz de Direito da Comarca de Guajará-Mirim**

1. Frontim Raimundo Cunha, brasileiro, casado, carpinteiro, residente nesta capital, eleitor legalmente inscrito, por seu advogado, vem perante V. Exa. propor uma Ação Popular contra o Município de Pôrto Velho que se expressa pela Prefeitura Municipal e é representada na pessoa do Sr. Prefeito Walter Paula de Sales, brasileiro, casado, funcionário municipal, residente nesta capital e o Sr. Ubiratan Sampaio, brasileiro, casado, funcionário municipal, residente nesta capital, Geraldo Cavalcante, brasileiro, casado, residente nesta capital, exercendo as funções de Chefe ou ex-Chefe do Serviço de Estradas de Rodagem do Município e Abgvar de Miranda, brasileiro, casado, residente nesta capital, exercendo as funções de Chefe ou ex-Chefe do Departamento de Obras da Municipalidade e o ex-Prefeito Hércules Lima de Carvalho, brasileiro, casado, Engenheiro Arquiteto, endereço ignorado, tudo na forma preceituada pelo art. 150, § 31, da vigente Constituição Federal, combinado com as disposições da Lei n.º 4.717, de 29-6-65,

pelos motivos e fundamentos definidos a seguir:

2. A população de Pôrto Velho é privada de seus direitos políticos; cerceada de participar de seus governos territorial e municipal, de há muito assiste estarecida o desfilar de arbitrariedades e desacerto à frente dos negócios, bens e interesses públicos, destituída que é da representação política, sofre em consequência, estas agruras sem os meios normais de se fazer ouvida, meios estes que seriam uma Câmara Municipal ou uma Assembléia de Representantes livres e honestamente eleitos pelo corpo político. Antes tomada anomalia de nosso sistema federativo, resta ao povo o recurso da Ação Popular para denunciar, informar-se e coibir as sinecuras e mazelas de uma administração que se confessa decreta, obsoleta e incapaz de resolver problemas máximos e mínimos, e quando o faz lesa o patrimônio público por incúria, imperícia, exação e corrupção no exercício de cargos e funções públicas.

3. A população de Rondônia é descrente e desanimada de seus governos, parece que esta parte do País foi escolhida para experiência de governo desastrosos, estaria o Território enquadrado ou selecionado como cobaia de administrações frustradas, servindo de palco e cenário para o desfile de administradores turistas e itinerantes, aqui vindos pela primeira vez, como de além-mar, conhecerem e mandarem no feudo que por injunções várias lhe fôra atribuído no inventário político em que o País se encontra submetido.

4. Confirmando estar a cidade submetida a experiências, como se não bastassem as inúmeras já efetuadas, assiste-se agora a pantomima ou comédia do asfaltamento da cidade, um dos objetos desta Ação, isto porque, o asfalto é uma aspiração de toda cidade que se diz ou acredita digna de tais foros, e, é visando este esforço que Prefeitos já fizeram via-

gens turísticas na Alemanha, às custas dos já cansados cofres municipais; tudo malogros e golpes típicos de pseudo-administradores, insinuando seja esta população coletivamente desavisada para não se aperceber das sinecuras feitas ou em curso.

5. O asfaltamento de Pôrto Velho como medida de conforto e higiene é aspiração de todos rondonienses. Instutivo que o asfalto nas ruas de uma cidade é o coroamento de medidas higiênicas indispensáveis, compreendidas estas na implantação de uma rede de esgoto-sanitário e uma rede de captação pluviométrica, requisitos mínimos e indispensáveis para se pensar em asfaltar uma rua ou cidade.

6. Elementar a necessidade da implantação da rede de esgoto sanitário e pluviométrico, o bastante para ser providências de rotina naquelas cidades administradas por homens probos e dirigidas por corpo político amparados por técnicos suficientes para resolução dos rudimentares e imposteráveis problemas de uma urbe, cite-se qualquer cidade, à exceção de Pôrto Velho, onde assim se proceda, quer seja em Goiânia, Brasília, São Paulo, e as demais.

7. Asfaltar uma cidade sem as indispensáveis obras sanitárias é empreendimento temerário, arbitrário, demagógico e informado na imperícia e abusivo dos municípios, vítimas de tamanhos descalábrios...

8. É o asfalto o complemento final das medidas visando a implantação da higiene numa cidade que, à par das demais, constituem os requisitos daquilo que se tem por vida urbana, em Pôrto Velho, graças ao isolamento e incúria, passam-se as coisas que, em se pensando, faz horror.

9. Ato lesivo ao patrimônio público municipal a iniciativa do Sr. Prefeito e sua equipe em asfaltar certas ruas desta capital sem a implantação das redes de esgoto, isto porque, além das futuras ameaças de inundação que,

ao certo virão, redundará, forçosamente, em delapidação dos cofres públicos municipais, porque se implantando agora o asfalto, como se pretende, resultará em duplicidade de operações visando a mesma finalidade, evidenciando, assim, os prejuízos decorrentes de tais medidas.

10. Ato lesivo ao patrimônio público, desviada a finalidade do asfaltamento das ruas da cidade como medida pertencente a uma série de pressupostos e requisitos básicos de higiene, técnica, racionalidade e prioridade nas dispensas e empreendimentos públicos.

11. Ato lesivo porque, feito como se anuncia, não passa de uma improvisação demagógica que, virá encarecer aos munícipes obras que, se planejadas e implantadas com o devido escalonamento no tempo, ficariam mais baratas.

12. Ato lesivos porque, feitos sem a necessária e indispensável supervisão técnica, evidenciada tamanha imperícia como fato notório decorrente apenas de saber que se pretende realizar uma obra desta envergadura sem a implantação dos esgotos, afinal Pôrto Velho não é nenhuma rodovia, onde se pavimenta sem precauções outras.

13. Desvia a finalidade do ato a iniciativa do asfaltamento porque ninguém ignora que a meta básica de qualquer administração em Pôrto Velho será a resolução dos graves problemas de higiene que a todos atinge e ameaça, uma coisa pressupõe a outra, prioritamente é mais importante os esgotos do que o asfalto, esteja sua construção sobre a responsabilidade de quem quer que seja.

14. Meritíssimo Juiz, chega de vermos uma cidade abandonada, com odores fétidos a exalar por todos os cantos, apavorando e causando asco e revolta a todos; chega de tamanha irresponsabilidade; chega de desmandos e improbidades; chega de demagogia e arbitrariedade e malversação dos dinheiros públicos;

chega de turismo às custas da Prefeitura, basta de improvisações visando benefícios subalternos. É preciso que se desfaça a idéia de que a nomeação para cargos executivos em Rondônia seja sinônimo de fortuna fácil... Coibindo tudo isto, funciona a ação popular como remédio heróico e útil visando fiscalizar e evitar os atos de administradores inescrupulosos.

15. Da mesma forma não sabe a população de Pôrto Velho a destinação que vem sendo dada às verbas recebidas pela Prefeitura quer sejam do imposto único sobre minerais, quer aquelas oriundas do imposto de renda, fundo rodoviário, participação do ICM, produto dos impostos sobre combustíveis líquidos, imposto territorial rural e dotações outras, notadamente esta que se visa aplicar com o pretexto do asfaltamento.

16. A legislação em vigor confere ao cidadão o direito público subjetivo de propor ação popular, assim conceituada por Hely Lopes Meirelles:

"Ação popular é o meio constitucional pôsto à disposição de qualquer cidadão para obter invalidade de atos ou contratos administrativos — ou a estes equiparados — lesivos do patrimônio federal, estadual ou municipal, ou de suas autarquias, entidades paraestatais e pessoas jurídicas subvencionadas com dinheiros públicos. É um instrumento de defesa dos interesses da coletividade, utilizável por qualquer de seus membros. Por ela não se amparam direitos próprios, mas sim, direitos da comunidade. O benefício direto e imediato desta ação não é o autor; é o povo, titular do direito subjetivo ao governo honesto. O cidadão a promove em nome da coletividade, no uso de uma prerrogativa cívica que a Constituição lhes outorga (art. 150, § 31). (In Mandado de Segurança e Ação Popular, pág. 33 — Editora Revista dos Tribunais). De

mesmo entendimento particular, o renomado M. Seabra Fagundes; quando afirma que: "A ação popular enseja o ajuizamento e pedido contra a administração pública, sem que o autor seja titular de um direito próprio lesado por ato administrativo. A lesão dirá respeito à pessoa jurídica, cujo patrimônio se tem como lesado. O direito subjetivo que se faz valer é dessa e não do autor". (In O Contrôlo dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário, pág. 197, 3.<sup>a</sup> Edição, "Revista Forense").

17. Os fatos invocados ao conhecimento de V. Exa. são notórios (art. 211 do CPC) notórios também é a falta de técnica e improvisação de métodos como estão procedendo, pichando as ruas — asfaltamento é coisa muito diferente daquilo que fazem aqui — afinal as verbas serão gastas a títulos específicos de asfaltamento ou pichamento de ruas?

18. A rudeza dos fatos e a improvisação consequente com os prejuízos acarretados, quando se sabe que malbaratam verbas do povo, enseja o atual procedimento, sendo o caso de se usar a força da lei como único remédio para sanar tamanhas irregularidades — que se faça asfalto, todos querem, mas não mintam ao povo — o que há mais justo e nobre numa comunidade é o direito de serem tratadas dignamente pelos gestores da coisa pública; o povo paga caro aos seus administradores, dando-lhes carros, casas, diárias, representações, regalias e prerrogativas quando não autorizadas, usurpadas mesmo e como se tudo isso não bastasse, querem ainda surrupiarem as verbas escassas em mamoiras e embustes, mistificações, impingindo a esta população uma farsa, uma subversão de métodos de trabalho para se qualificarem como aplicadores dos dinheiros públicos.

19. Os interesses públicos do povo de Pôrto Velho, reclamam sejam as obras de asfaltamento ou pichamento das ruas Pinheiro Machado e demais ruas da cidade embargadas, sustando-se imediatamente, até que as providências oriundas de planos racionais surjam abordando o problema de maneira global, postergando o asfaltamento para depois da implantação indispensável e necessária de uma rede de esgoto sanitário e captação das águas das chuvas para evitar futuras inundações ou despesas ociosas, tudo nos moldes e previsões de técnicos, notadamente engenheiros sanitaristas, atendendo ao que dispõe o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

20. É ainda de estarrecer quando se sabe que a Prefeitura pretendeu cobrar quantias extorsivas dos munícipes pelo metro quadrado do asfalto, fazendo crer seja empreiteira ou estaria visando lucros em trabalho de seu dever efetuado, se usam verbas do povo e ainda do povo cobram, estarão assim recebendo duas vezes o asfaltamento, o que é uma extorsão às economias da população já esclerosadas de tantos encargos.

21. Com o empréstimo de NCr\$ 600.000,00 asfaltou-se 1.112 metros de ruas nesta cidade e o mais se acabou sabendo-se que aquelas máquinas de britar pedras foram deslocadas de terrenos da Prefeitura para as propriedades do sr. Humberto Correia.

22. Da mesma forma, em dois de agosto de 1968, o Sr. Humberto Correia foi o representante do Prefeito para adquirir em São Paulo, uma máquina de asfalto, operação essa no valor de NCr\$ 150.000,00 efetuada sem concorrência pública e o mais, exigido por lei, para se realizar transações desta natureza.

23. Igualmente, adquiriu-se, em junho, agosto e setembro de 1968, asfalto, cimento e materiais

outros consumidos no propalado asfaltamento, sem concorrência pública, fatos esses ocorridos na gestão do Prefeito Hércules Lima de Carvalho.

24. É preciso que saibam os Prefeitos desta cidade que para governá-la não é improvisar, tão pouco enganar o seu povo, pensando ser este tólo para não compreender suas espertezas e oportunismo; mal avisados, talvez, de que se instaurou no País um processo revolucionário legal e pacífico, porém violento e restaurador, cujo objetivo é fazer sentir, aqueles ocupantes de cargos públicos que estes não são propriedades de ninguém e, principalmente, avisar aos administradores que estão submetidos a deveres, apar dos poderes, incluídos nestes deveres estão aqueles de gerir a coisa pública com zelo, parcimônia, perícia, previsão, técnica, economia etc.

25. A Revolução de 1964 somente agora, após o AI-5, atingiu a área municipal, e com isto é oportuno salientar a sua benfeitoria influência, saneando e expulsando os corruptos profissionais e os mercadores de cargos ou influências; o homem público tem uma só opção: dedicar-se à coletividade a que se votou a servir, nada mais. Infelizmente assistimos a uma inversão deste critério: obrigam-se por cargos, visando interesses subalternos, negociatas diversas. Não é possível e com relêvo, a Prefeitura de Pôrto Velho tem sido palco onde vem desfilando as figuras mais negativas em matéria de administração, não é preciso ser longo para se verificar o estado de abandono da cidade, a todos revoltando, mas a coisa prossegue desarrumada, até quando, não se sabe...

26. É preciso que saibam os Srs. Prefeitos que, se uma Revolução foi feita neste País, fizeram-na e nisto estão certos, justamente para não acontecer o que vem acontecendo em Pôrto Velho: a corrupção será extinta de uma

forma ou de outra, quer queiram, quer não, e o povo tem o direito de saber onde e como está sendo aplicado o seu dinheiro, direito este negado de há muito ao povo desta Capital que não compreende como pode um Prefeito deixar de tapar buracos ou canalizar a lama, para no meio destes e como um assinte à pobreza, erguer uma fonte luminosa; fonte luminosa se faz quando aquelas obras consideradas essenciais já foram realizadas, façam uma fonte luminosa quando tiverem condições de melhor pagar seus funcionários e seus Professores primários; edifica-se fontes ou termas quando os buracos, a lama, a fedentina foram extirpadas, quando os esgotos estiverem funcionando de forma a canalizar as águas podres que abundam por aí, e o principal: para a fonte luminosa é preciso luz e nem disto se lembraram. Resultado: a fonte não é luminosa, seria apagada, e como tal, nega a sua finalidade.

27. Enquadram-se fatos nas hipóteses previstas na Lei n.º 4.717 notadamente em seu art. 2.º, letras b e c e arts. 5.º, 15, 12, 1.º §§ 3.º, 4.º, 5.º e 7.º, art. 4.º itens I e V, art. 7.º, parágrafo único e demais disposições, além da norma constitucional específica, fundamentos legais que autorizam ao Suplicante vir a plenário e perante V. Exa., requerer se digne de mandar citar a Prefeitura Municipal de Pôrto Velho — dos termos da presente AÇÃO POPULAR nas pessoas do Sr. Prefeito Walter de Paula Sales, Ubiratan Sampaio, Geraldo Cavalcante, Abguar de Miranda e o ex-prefeito Hércules Lima de Carvalho, para contestá-la, se quiserem, fazendo em final incidir sobre os responsáveis do que se apurar no atual procedimento, as sanções da lei de responsabilidade.

28. Requer initio-litis seja passado mandado de embargos, a

bem do interesse público, dos trabalhos que executam nas ruas Pinheiro Machado e demais ruas da cidade, sustando assim os trabalhos de pichamento ou asfalto daquelas ruas e outras que vierem a executar idênticas atividades, tendo em vista o disposto nos arts. da lei retrocitados e os fundamentos expedidos ao longo desta, assim como a norma esta-tuída do art. 302 item XXI do CPC, cominando à Prefeitura a realizar as obras de asfaltamento até que se faça a rede de esgotos sanitário e pluviométrico naqueles trechos suscetíveis de asfaltamento, tudo visando a evitar perigo de inundações e excesso de despesas públicas ou malbaratamento de verbas que, se empregadas com critério e racionalidade, redundarão em maiores proveitos para a população.

29. Requer seja a presente Ação julgada procedente, condenando-se os Suplicados, ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios sobre o valor da causa conforme prevê o art. 12 da Lei em que se fundamenta o atual procedimento.

30. Requer, para instituir, esta que haja por bem V. Exa. de requisitar à Prefeitura Municipal de Pôrto Velho (art. 1.º, § 7.º da Lei n.º 4.717 e art. 224 do CPC), os seguintes elementos de informações e provas:

- a) plano de esgotos sanitário e pluviométrico da cidade, sua execução e viabilidade, a situação atual destes trabalhos;
- b) plano do asfaltamento da cidade, estudos técnicos a respeito, informar o nome e habilitação do engenheiro civil sob cuja responsabilidade realizou-se tais obras;
- c) plano de aplicação das verbas do Fundo Rodoviário Federal, participação dos impostos de renda e ICM. Quanto ao Fundo Rodoviário, apresentar o plano e aquelas rodovias executadas

pela municipalidade aplicando estas verbas;

- d) fornecer cópias de acôrdo ou convênios bancários dos quais se originou a propalada verba para o asfaltamento, bem como o exemplar do Diário Oficial que publicou esses atos (art. 4.º, item II, letra a da Lei n.º 4.717);
- e) apresentar os extratos de contas bancárias pelas quais os recursos financeiros da Prefeitura são movimentados;
- f) informar as quantias já gastas no asfaltamento, apresentando comprovantes das despesas, contratos realizados com terceiros, bem assim o pessoal a cargo de quem se realizam as obras;
- g) informar o preço exato a ser cobrado aos munícipes por metro quadrado de asfalto, bem assim o preço de resgate destas despesas;
- h) informar o orçamento das obras de asfaltamento, sua programação financeira e a origem destes meios;
- i) informar se existe no Departamento de Obras da Prefeitura, engenheiro civil com curso de especialização de asfalto;
- j) informar as firmas de quem a Prefeitura adquiriu o material empregado no asfalto, inclusive faturas das operações e condições de pagamento;
- l) informar os custos operacionais, despesas, juros, prazos de resgates oferecidos para as operações de crédito, visando a obtenção de meios para o propalado asfalto;
- m) informar os processos químicos e físicos empregados na implantação asfáltica;
- n) informar a finalidade e proveitos para o Município da viagem do Coronel Moacyr Assumpção Cardoso à Alema-



nha, bem assim as custas dessa viagem;

- o) apresentar o sr. Prefeito e os demais Suplicados suas declarações de bens ao assumirem os cargos que exercem;
- p) informar a modalidade de participação da Organização COMARA e 5.º BEC no empreendimento — seriam empreiteiros, colaboradores ou existe convênio a respeito? — Quanto custa esta participação aos cofres públicos e municipais?
- q) informar com comprovantes planos de obras e aplicação das cotas do Imposto sobre minerais, conforme prevêem os arts. 6.º, item II da Lei n.º 4.425 de 8-10-64 e 83, § 2.º, 88, 89 e 90 do Decreto n.º 55.928 de 14-4-65;
- r) informar as concorrências públicas realizadas para aquisição de materiais e máquinas a ser empregados no asfaltamento das ruas supra referidas, inclusive exemplar do Diário Oficial que publicou a matéria.

31. Requer seja requisitada diretamente ao Banco da Amazônia e Banco do Brasil S/A., agências desta praça, os extratos de conta da Prefeitura Municipal de Pôrto Velho, durante os últimos dois anos atingindo a data atual, informando das contas existentes, seus títulos e suas vinculações a alguma finalidade;

32. Meritíssimo Juiz, as medidas ora requeridas na presente Ação são de evidente interesse público, fundada em fatos que atentam a urgência e necessidade de serem de plano concedidas, visto ter o objeto principal da presente Ação o caráter preventivo de embargar as obras que serão ou estão sendo realizadas sem os requisitos técnicos, previsto assim os prejuízos e conseqüências que a sua realização acarreta ao erário público. A respeito ponti-

fica o renomado publicista Hely Lopes Meirelles:

“Como meio preventivo de lesão de patrimônio público, poderá a Ação Popular ser ajuizada antes da confirmação dos efeitos lesivos do ato; como meio repressivo poderá ser proposta depois da lesão, para reparação do dano. Esse entendimento diflui do próprio texto constitucional que a torna cabível contra atos lesivos do patrimônio público... Ato lesivo, portanto, é toda manifestação de vontade da Administração danosa aos bens e interesses da comunidade. Esse dano pode ser potencial ou efetivo.” (Op. Cit. pág. 36);

33. Justifica-se assim a Urgência da medida ora pleiteada, com o que ficaram frustrados os interesses públicos que a norteiam, consumando-se as arbitrariedades e atos danosos por ela visados; daí a necessidade de ser passado mandado provisório de embargos das obras de asfaltamento das Ruas Pinheiro Machado e outras nesta Capital;

34. Advertido finalmente o Sr. Prefeito para as responsabilidades em que está incorrendo, previstas em lei específica, além da exação à frente de cargos públicos punida que é pelo Código Penal (art. 315, 316 § 1.º). Advertido também que aos Srs. Ministros do Interior e Justiça serão encaminhadas Representações verberando tais irregularidades, escândalo e corrupção administrativa de Rondônia.

35. Requer a citação do Ministério Público por ser exigência legal.

36. O objetivo pedido é amplo e com êle busca a presente Ação evitar que se faça aquelas obras denunciadas, propiciando ao povo conhecimento da realidade e profundidade da calamidade esta pública e aberração das medidas propaladas. A calamidade está pior do que aquelas originadas de fatos naturais e trata-se aqui de pôr fim a uma calamidade organiza-

da, dirigida, visando malbaratar recursos do povo — obras de fachadas para impressionar a boafé de visitantes menos avisados. É o que poderíamos chamar numa expressão figurada de “sepulcro caiado”.

37. Requer a citação, por Edital, do ex-Prefeito Hércules Lima de Carvalho, e também para o conhecimento de terceiros beneficiários com aquelas aquisições de materiais e máquinas sem concorrência pública. Com efeito dispõe o item II do art. 7.º da Lei n.º 4.717, *in verbis*:

“II — Quando o autor preferir, a citação dos beneficiários far-se-á por edital com o prazo de 30 dias, afixado na sede do juízo e publicado três vezes no jornal oficial do Distrito Federal, ou Capital do Estado ou Território em que seja ajuizada a Ação. A publicação será gratuita e deverá iniciar-se no máximo 3 dias após a entrega, na repartição competente, sob protocolo, de uma via autêntica do mandado.”

Devem os editais de preferência serem publicados no *Matutino Alto Madeira*, desta Capital, o qual deverá ser advertido das obrigações a êle imposta pela legislação específica.

38. Para a conseqüente imputação de responsabilidade e indenização, requer sejam apurados os danos e prejuízos acarretados ao Município pelas medidas precipitadas e sem os requisitos técnicos, asfaltando 1.112 metros de ruas nesta Capital, onde se gastou mais de NCr\$ 600.000,00;

39. Requer também seja averiguado de uma fonte luminosa erguida na Praça Getúlio Vargas nesta Capital, bem como o critério e oportunidade que norteou a Prefeitura a edificar aquela obra, nitidamente suntuosa.

40. Requer seja requisitado do Sr. Prefeito seu plano-diretor e

prioritário de obras a serem executadas no Município de Pôrto Velho.

41. Requer informe a Prefeitura a que título o Sr. Humberto Correia participou da compra de uma máquina para asfaltamento das ruas desta cidade; informando também os motivos, porque as máquinas de britar pedras de propriedade da Prefeitura encontram-se instaladas em propriedades ou à disposição do Sr. Humberto.

42. Requer a aplicação do parágrafo único do art. 4.º do CPC, bem assim seja observado o disposto nos arts. 10 e 12 da Lei n.º 4.717.

43. Requer ainda na forma do art. 169, item VI do CPC seja o Sr. Escrivão autorizado a subscrever mandados de citação e editais

44. Os fatos alegados são notórios (art. 211, CPC). Entretanto o Suplicante provará o alegado pelos meios de prova e direitos admitidos, requerendo, desde já, o depoimento de testemunhas, perícias e vistorias (item V do artigo 7.º, da Lei n.º 4.717).

45. Vale a causa NCr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros novos). Pede deferimento.

Pôrto Velho, 7 de abril de 1969. —  
**Jerônimo Garcia de Santana**, Advogado — OAB-7733-MG”.

Por esta ação podem aferir os Srs. Congressistas o grau de corrupção existente em Rondônia. É bastante atentar para o fato de que neste procedimento judicial provaram-se inúmeras irregularidades, sobressaindo o fato de a Prefeitura de Pôrto Velho não ter contestado a ação e não ter realizado concorrência para a aquisição de material e máquinas aplicados no asfaltamento das ruas daquela Capital. Não menos estarrecedor é verificar que o Sr. Governador daquele Território, contrariando preceito mínimo de moralidade administra-

tiva e aos próprios termos do parágrafo único do art. 23 da Lei 411/69, não prestou a necessária declaração de bens ao assumir o cargo, tudo conforme certidões que adiciono a este discurso.

#### “Território Federal de Rondônia Comarca de Pôrto Velho

DURVAL GADELHA, Escrivão do Judicial, Tabelião de Notas, Oficial do Registro Civil e mais cargos anexos, por nomeação legal, na forma da lei, etc.

#### CERTIDÃO

Certifico em razão de meu Ofício e a pedido verbal da parte interessada que, revendo em meu cartório os livros e autos nêles existentes, dêles verifiquei os autos n.º 11.494, de Ação Popular, em que é autor Frontim Raimundo Cunha e ré a Prefeitura Municipal de Pôrto Velho, dêles a fls. 85, consta o seguinte: “Vistos, etc. Legítimas as partes, preenchendo o A., as condições normais para agir. Citados os R.R. não contestaram a ação em tempo e nem requereram a dilatação do prazo para o fazer, motivo porque decreto a sua revelia. Nulidades não há a sanar e nem irregularidades a pronunciar, a não ser o fato de os figurantes, nos documentos de fls. 49 e 54, não terem satisfeito a exigência legal, exibindo o seu título de eleitor, para poderem assumir a ação como litisconsorte, ficando assim, indeferidos os requerimentos de fls 48 e 53, no que tange à habitação dos nomeados, como litisconsortes. Não havendo provas requeridas até agora, dou por saneado o feito e nos termos do inciso V do artigo 7.º da Lei n.º 4.337/64, concedo às partes o prazo de dez (10) dias, para as suas alegações. I. Pôrto Velho, 08/julho/1970. (a) Antônio Alberto Pacca”. Nada mais constava sobre o que me foi pedido. Aos referidos autos em

meu poder e cartório me reporto e dou fé.

Pôrto Velho, 21 de dezembro de 1970. — **Pedro Olimpio de Albuquerque**, Escrivão designado.”

#### “Território Federal de Rondônia Comarca de Pôrto Velho

DURVAL GADELHA, Escrivão do Judicial, Tabelião de Notas, Oficial do Registro Civil e mais cargos anexos, por nomeação legal, na forma da lei, etc.

#### CERTIDÃO

Certifico em razão de meu cargo e a pedido verbal da parte interessada que, revendo em meu cartório os autos n.º 11.494, de Ação Popular, em que é autor Frontim Raimundo Cunha e ré a Prefeitura Municipal de Pôrto Velho, dêles verifiquei de que não consta provas de realização de concorrência pública ou tomada de preços para aquisição de máquinas e materiais pela Prefeitura Municipal de Pôrto Velho, para o asfaltamento das ruas da Capital. Certifico mais que, o referido processo se encontra aguardando diligências para julgamento. Nada mais constava sobre o que me foi pedido. Aos referidos autos em meu poder e cartório me reporto e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Pôrto Velho, Capital do Território Federal de Rondônia, aos vinte e três dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e um. Eu, **Durval Gadelha**, Escrivão, mandei datilografar e subscrevi. — **Durval Gadelha**, Escrivão do Judicial e anexos.”

#### “Território Federal de Rondônia Comarca de Pôrto Velho

DURVAL GADELHA, Escrivão do Judicial, Tabelião de Notas, Oficial do Registro Civil e mais cargos anexos, por nomeação legal, na forma da lei, etc.

#### CERTIDÃO

Certifico em razão de meu Ofício e a pedido verbal da parte inte-

ressada que, revendo em meu cartório os livros e autos nêles existentes, dêles verifiquei os autos n.º 11.494, de Ação Popular, em que é autor Frontim Raimundo Cunha e ré Prefeitura Municipal de Pôrto Velho, dêles a fls. 84 verso consta o seguinte: **Informação** — MM. Juiz: Em obediência ao respeitável despacho de fls. 84, informo a V. Exa. que os Exmos. Srs. Cel. João Carlos Marques Henriques e Walter Paula Sales, atuais Governador e Prefeito desta Capital, respectivamente, assumiram os seus postos — o 1.º em 13-2-69, e o 2.º em 26-2-69. Outrossim, informo que no cartório de Registro de Títulos e Documentos não consta nenhum registro das declarações de bens pertencentes às autoridades acima referidas. P.V. 6-7-70. O Escrivão, (a) Durval Gadêlha. Nada mais constava sobre o que me foi pedido. Aos referidos autos em meu poder e cartório me reporto e dou fé.

Pôrto Velho, 21 de dezembro de 1970. — **Pedro Olimpio de Albuquerque**, Escrivão Designado."

Apenas êsses documentos evidenciam a qualificação de quem está entregue os destinos do Território Federal de Rondônia. Não é menos constrangedor a improvisação e falta de técnica de como se procedeu o asfaltamento da Avenida 7 de Setembro, em Pôrto Velho. Trabalho feito pelas metades, onde se pulverizou uma verba de Cr\$ 650.000,00, nem bem inaugurada aquela obra, já o asfaltamento começou soltando e arrancando as placas. Constituiu isso um escândalo a mais dos inúmeros de que têm sido palco aquela cidade, onde o abandono e a falta de urbanização, a falta de higiene e a falta de Prefeitos responsáveis mais agrava nossos problemas sociais. A tal ponto chegou êsses escândalos que a proposta orçamentária da Prefeitura de Pôrto Velho, para o corrente exercício, consignava a importância de Cr\$ 15.000,00 para aquisição de cigarros para serem consumidos no gabinete do Sr. Prefeito.

As constantes torturas a presos comuns perpetradas pela polícia, as perseguições políticas a cidadãos brasi-

leiros devotando a sua atividade no Território há mais de 20 anos, formam um quadro desolador de Rondônia — a começar pela perseguição e chacina infringida aos garimpeiros onde muitos vieram amarrados dos locais dos garimpos para a Capital, além da desumana proibição do embarque de alimentos para os locais de garimpos.

A perseguição estereotipada quando tomam ou se apossam de terrenos já beneficiados por cidadãos ali residentes, como fizeram e estão fazendo com os Srs. Valmy Moraes e Oto Matias, êste último viu sua chácara invadida pela Prefeitura de Pôrto Velho, propriedade que cultivava há mais de trinta anos, e sem ao menos saber o que significa indenização. É comum em Pôrto Velho desencadear perseguições veladas, tomando terras ou lotes das vítimas dessas perseguições. São inúmeros os casos, em flagrante desrespeito à lei e ao direito de posse e propriedade, desrespeito que praticam utilizando de cargos, funções ou influências. O que fazem com os Srs. Valmy Moraes, Alberigo Matias e Oto Matias são exemplos típicos das perseguições baixas de que é capaz o atual Governador de Rondônia, através do Prefeito e outros elementos por ele nomeados.

Não é menos escandalosa a construção de um mercado no bairro do Areal, em Pôrto Velho, onde se consumiu as verbas e a obra não ficou pronta, apesar de ser um preço exorbitante. É oportuno assinalar que as estruturas metálicas ali empregadas custaram apenas Cr\$ 49.000,00 e a empreiteira está vendendo a obra à Prefeitura por Cr\$ 300.000,00.

A compra sem concorrência e por uma majoração assombrosa de preços de dois tratores marca Malves, efetuada o ano passado pela Prefeitura daquela Capital, dá uma dimensão da corrupção devastando o Território de Rondônia.

Todos os fatos foram denunciados a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, esperando o povo de Rondônia providências que salvaguardem os supremos interesses do Território e os bens inerentes à coisa pública naquela unidade da Federação, pondo fim ao clima de arbitrarieda-

des, perseguições e desmandos administrativos de que tem sido vítima nossa população. (**Muito bem!**)

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrônio Portella)** — Com a palavra o Senador José Sarney.

**O Sr. SENADOR JOSÉ SARNEY (comunicação. Lê.)** — Sr. Presidente, faleceu, hoje, na Guanabara, Eneida, só Eneida, como ela gostava e foi chamada e conhecida pela vida inteira.

Perde a literatura brasileira, o jornalismo profissional de nosso País, um de suas mais expressivas figuras, representativas do talento nacional.

Personalidade extraordinária, cronista de nosso tempo, sua presença encheu de vida, durante muitos anos, a redação dos jornais, a crítica literária, a ficção, o terreno das grandes festas populares, a alma do povo na tradição dos folguedos, em que ela se confundia com a própria alma de nossa gente.

Eneida, aos 15 anos, escrevia o seu primeiro livro e passou toda a existência servindo a cultura, semeando inteligência. Jamais presa a amarras de qualquer natureza, os que tiveram a sorte de conhecê-la de perto, de amá-la, de admirá-la, de participar de sua companhia sabem que o mundo perde um pouco de sua alegria, com o fechamento de seus lábios e de seus olhos.

O heroísmo com que soube viver a sua doença, a bravura com que Eneida disputava um pouco de vida que os seus últimos anos lhe davam, demonstra que aquela mulher estava acima do tempo.

Eneida volta hoje ao Pará para ali ser sepultada. A terra de onde veio para a aventura da metrópole.

Registro a sua morte como uma homenagem do Congresso, representante do povo brasileiro, êsse povo que ela tanto amou e a serviço de sua cultura deu a sua vida e o seu talento. (**O orador é abraçado.**)

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Rollemberg.

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO ROLLEMBERG (Comunicação. Lê.)**

— Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegou às minhas mãos, hoje, um memorial dos Deputados de Sergipe, o qual peço permissão para ler nesta Sessão.

"Of. N.º 448/71

Aracaju, 23 de abril de 1971.

Senhor Deputado:

Tenho a honra de encaminhar, para conhecimento e cabíveis providências de V. Exa., a cópia anexa do Memorial elaborado pelos Deputados Otávio Penalva, Heráclito Rollemberg e Horácio Goes, aprovado por unanimidade pelo Plenário desta Assembléia Legislativa, na Sessão do dia 7 do corrente.

Sirvo-me da oportunidade para renovar a V. Exa., os protestos de elevado apreço e distinta consideração. — Deputado **Horácio Goes**, Presidente em Exercício.

**MEMORIAL**

Periódicamente a seca assola as regiões do Nordeste Brasileiro, destruindo as safras, dizimando os rebanhos e levando o homem ao desespero. O nordestino, no seu aspecto humilde e pacato, encarna positivamente a tenacidade e a perseverança, e expressa o amor à terra, pois malgrado estes períodos negros que lhe roubam até mesmo a esperança, continua na sua faina a enfrentar a fome, a sede, a miséria e as epidemias, buscando erigir os alicerces do seu futuro.

A SUDENE foi criada para organizar uma infra-estrutura que fizesse face a este estado calamitoso, mas os anos bonancosos desviaram-na dessa finalidade, estabelecendo-se um critério de prioridade visando a instalação do parque industrial fixado no Nordeste. Surgido o fenômeno cíclico, o órgão governamental se mostrou desaparelhado para impedir os desastrosos danos ocasionados pela longa estiagem. A terra calcinada, a vegetação ressequida, os rebanhos dizimados e o homem desolado, levaram o Sr. Governador do Estado, na última reunião

da SUDENE, a proclamar o estado de calamidade pública.

A economia do Estado se alicerça no setor primário e das classes produtoras, a agropastoril é a que mais acelera o nosso desenvolvimento.

No momento, em face da conjuntura determinada pela estiagem prolongada com a falta da produção agrícola e o despovoamento das propriedades com a morte de grande parte dos rebanhos viu-se esta classe sem condição de atender a compromissos financeiros anteriormente assumidos, urgindo medidas enérgicas e imediatas para evitar o colapso total. Como representantes do Povo, sentimo-nos no dever de emprestar a nossa colaboração, pedindo as seguintes providências:

- a) abertura imediata, pelos bancos oficiais, de crédito para financiamento e recuperação de capital de giro, pelo prazo de 3 anos, com juros de 7% ao ano. A classe exauriu as suas reservas com o aluguel de pastagens, compras de ração, manutenção da propriedade e despesas outras, necessitando deste crédito para manter o que lhe resta do seu patrimônio, já que os recursos oriundos das suas atividades, produção agrícola e rebanho bovino, não lhe proporcionam estes meios, pois aquela não houve e o que resta desta não tem condições de venda porque desnutrido;
- b) reescalonamento de dívidas anteriores por 8 anos com 3 de carência, a juros de 7%, nos bancos oficiais, estendendo estes benefícios aos bancos particulares que eram, na realidade, as alavancas propulsoras do desenvolvimento agropecuário. A concessão do capital de giro solicitada no item anterior empresta condições à classe para manter os seus bens, não lhe permitindo, entretanto, atender os compromissos antes assumidos. Sendo tardia a recuperação financeira, necessário se torna o re-

escalonamento solicitado, senão iremos assistir o setor creditício alienar os bens dos agropecuaristas, tornando esta classe laboriosa e que sempre foi o sustentáculo da economia do Estado, marginalizada, criando um problema social angustiante;

- c) que estas medidas de emergência e protetoras aqui sugeridas não impeçam o direito a financiamentos outros, devendo cada caso ser apreciado separadamente. A técnica moderna está a exigir eletrificação rural, irrigação, recuperação de solo, etc., e tudo isto demanda altos investimentos que a iniciativa privada só pode enfrentar apoiada no setor creditício;
- d) reformulação da Resolução n.º 175 do CMN de modo a estender o crédito indispensável ao povoamento das propriedades, não só porque os rebanhos foram duramente atingidos, mas também por um setor de produção que proporciona a rentabilidade necessária, para fazer face aos demais investimentos;
- e) decretação do estado de calamidade pública, realidade que foi proclamada pelo Sr. Governador deste Estado em pronunciamento histórico feito na última reunião da SUDENE e que dia-a-dia mais se agrava. Os entraves que esta medida possam trazer à meta administrativa traçada pelo Governo são compensadas pelos benefícios que trarão às classes produtoras, evitando o colapso econômico de consequências imprevisíveis.

O angustiante problema não admite delongas. De emergência que é, exige providências imediatas, e nós confiamos na sensibilidade do Poder Constituído.

Oportunamente, Sr. Presidente, voltarei a tratar do assunto. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Senador Pe-tônio Portella)** — Não há mais ora-

dores inscritos para o período de breves comunicações.

Passamos à

## ORDEM DO DIA

### Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1970 (CN), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.131, de 30 de outubro de 1970, que declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do art. 15, § 1.º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrônio Portella)** — Com a palavra o nobre Deputado João Menezes.

**O SR. JOÃO MENEZES (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a liderança do MDB vem mais uma vez à tribuna, deixar expresso seu protesto contra a violência contida na presente Mensagem. Sabemos a finalidade deste Projeto, mas queremos deixar que conste dos Anais do Congresso nossa posição e também fotografada a moldura da situação que o País atravessa.

Verificamos que se pretende transformar em áreas de segurança nacional três municípios perdidos na região amazônica e pertencentes ao Estado do Pará: Marabá, Altamira e Itaituba. Muitos dos Srs. Deputados nunca ouviram falar em tais nomes e, às vezes, até sentem dificuldades em pronunciá-los. Vê-se, portanto, que esses municípios, no Tocantins e no Amazonas, estão desempenhando seu papel dentro do quadro de dificuldades.

Não sabemos por que motivo foi tomada essa medida. Conheço todos três e desconheço, dentro da sua área jurisprudencial, elementos que possam justificar a sua transformação em áreas de segurança nacional.

Também a mensagem, na sua exposição de motivos, não dá a menor explicação sobre quais as razões que levaram os responsáveis pela segurança pública a declararem como área de segurança nacional esses municí-

pios. Ao que eu soube, na oportunidade do último pleito havia disputa em torno da escolha de prefeitos inclusive dentro do próprio Governo, como presenciei no Município de Marabá. O meio mais fácil de solucionar a questão, de vez que se trata de um dos municípios mais importantes do Estado, foi sugerir a sua transformação, às vésperas do pleito, em área de segurança nacional. Com isso, não tivemos a eleição para prefeito.

Nós, do Movimento Democrático Brasileiro, queremos deixar bem claro que, quando não tivermos conhecimento de ocorrência, que justifique plenamente tal ou qual área ser declarada de segurança nacional, estaremos aqui para expressar o nosso pensamento contrário. No fundo, o que se quer, o que se deseja, é tirar mais uma vez do povo brasileiro o pouco que lhe resta em matéria de lei, para escolher livremente, ou dentro das circunstâncias atuais, os representantes de cada município.

Não vejo em Marabá, não vejo em Altamira, não vejo em Itaituba, nenhuma razão lógica para que sejam as mesmas designadas de segurança nacional. Será por que a Transamazônica pretende ou vai passar perto dessas áreas? Esse fato por si só justifica a sua transformação em áreas de segurança nacional? Parece-me que esse não é elemento suficiente, porque, do contrário, teríamos de assim considerar todas as áreas, todos os municípios por onde passasse ou pudesse passar a Transamazônica.

Nessas condições, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, embora com a certeza da orientação que vai ter o projeto dessa mensagem, na votação desse decreto legislativo, nós, do Movimento Democrático Brasileiro, queremos manifestar nossa estranheza e deixar aqui consignada a nossa posição, pelo menos para que não se diga, amanhã, que passou despercebido no Congresso Nacional fato como esse, que tem, na realidade, grande importância para as estruturas social e política brasileiras. Assim, o meu Estado — o Pará — perde com esse Decreto Legislativo, o direito de escolher seus representantes em três municípios, sendo que Marabá é um dos mais importantes daquela Unida-

de Federativa. Sr. Presidente, aqui fica a nossa estranheza e o nosso protesto e, mais uma vez, traçada a orientação do Movimento Democrático Brasileiro. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao Deputado Júlio Viveiros.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO VIVEIROS (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, como representantes do Estado do Pará, não podemos, em momento algum, votar favoravelmente ao projeto que aprova texto do Decreto Legislativo que declara áreas de segurança nacional os três municípios do meu Estado, ou sejam, os Municípios de Marabá, Itaituba e Altamira, principalmente depois que o meu Partido vem de uma reunião grandiosa no Rio Grande do Sul, que marcou como uma linha mestra de conduta a diretriz de não aprovar, em momento algum, a aplicação da Lei de Segurança Nacional nos municípios. Não podíamos nós, neste momento, deixar de levantar a nossa voz nesta Casa do Povo, ou seja, no Congresso Nacional, e aprovar a monstruosidade que se quer praticar em nosso Estado. Não entendemos, não compreendemos, Sr. Presidente, que os Municípios de Marabá, de Altamira e Itaituba, que não fazem limite — nenhum deles — com país estrangeiro, venham a ser áreas de segurança nacional. Sabemos que área de segurança nacional é o terreno que está ameaçado pelo inimigo, em fronteira, em limites com outras nações. Não é o que acontece com Marabá, nem com Altamira, nem com Itaituba.

Em horas difíceis, o MDB soube, naquelas três áreas, levantar uma bandeira de defesa do povo. E, quando se iam aproximando as eleições de 15 de novembro, os candidatos, já nas ruas, quer do MDB, quer da ARENA, instituíam-se a área de segurança nacional, para que o povo não procedesse a escolha direta de seus representantes. Não entendemos e não compreendemos que se possa instituir área de segurança nacional em três municípios que não fazem limite com países estrangeiros.

Porque compreendemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que os ho-

mens da própria terra é que fazem, no calor dos seus atos, as melhores administrações. Não entendemos que Interventores, não afeitos aos problemas daquelas áreas, possam administrar com perfeição aquelas áreas, porque não levam o calor do seu povo, a marca da sua terra, o carinho da sua gente. Nós, como Deputados daquela área, não podemos votar favoravelmente a tal projeto legislativo, principalmente os do MDB, porque seria uma incongruência — depois de traçarmos normas em sentido contrário, de termos uma diretriz determinada pelo nosso Partido — aqui virmos, agora, endossar tal decreto, que tira a liberdade do povo do Estado do Pará naquelas áreas.

Era preferível, então, que não se fizessem eleições também dos Senhores Vereadores. Como pode uma Câmara Municipal atentar para os problemas do seu povo se não tem o direito de vigiar, de policiar o seu próprio Prefeito? Uma Câmara em um município cujas verbas não são votadas e sim impostas ou dirigidas pelo Governo Federal?

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acreditamos que, neste momento, o povo do Estado do Pará está um pouco triste. Compreendemos perfeitamente a intenção do Governo Federal, mas não aceitamos a sua justificativa. Quando lemos a proposição, verificamos que não há argumentos de ordem jurídica que justifiquem tal medida do Governo, nem bons argumentos de ordem prática. Há um simples e modesto parecer da Comissão, aceitando plenamente a determinação da área de segurança nacional.

Sr. Presidente, não podíamos deixar de levantar aqui o nosso protesto de público em defesa da grandeza e da prosperidade dos três grandes Municípios, que são Itaituba, Marabá e Altamira.

Com o projeto-impacto de Sua Excelência, o Presidente da República, que delimita em 100 quilômetros a marginalização da Transamazônica, acreditamos que esses municípios que ficam à margem da Transamazônica vão ficar totalmente dentro dessa faixa. Como pode acontecer, então, depois de ser considerados de segu-

rança nacional, vir um decreto estabelecendo que os municípios dentro da faixa de 100 quilômetros para cada lado, tendo como eixo a estrada, não possam ser governados pelo seu próprio povo? Não compreendemos essa dubiedade do próprio Governo Federal porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, 100 quilômetros de cada lado tendo como eixo a Transamazônica quase que abarcam totalmente a área dos municípios que ficam à beira da estrada.

Este é o nosso pronunciamento, Sr. Presidente, e aqui fica lavrado o nosso protesto em defesa dos municípios paraenses. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Senador Pe-trônio Portella)** — Concedo a palavra ao Senador Ruy Santos.

**O SR. SENADOR RUY SANTOS (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Sr. Presidente da República submete à aprovação do Congresso Nacional o texto de um decreto-lei que considera de segurança nacional, para efeito do que dispõe o art. 15 da Constituição, os Municípios de Marabá, Altamira e Itaituba, no Estado do Pará. A questão não é nova, Sr. Presidente. Através da Lei n.º 5.449, vários Municípios brasileiros já foram considerados de segurança nacional. O conceito de segurança nacional, ao contrário do que muitos supõem, não quer dizer apenas limite de nação estrangeira. Na Bahia, por exemplo, temos Paulo Afonso, São Francisco do Conde, considerados de segurança nacional por essa lei a que me referi e não estão em fronteiras. No Estado do Rio de Janeiro temos o Município de Duque de Caxias.

O problema de segurança nacional está além da questão de fronteira. A Constituição Federal de 67 criou uma restrição no artigo 15: a autonomia municipal para o atendimento da segurança nacional. Não é novidade essa restrição, porque as Constituições anteriores já a estabeleciam também para os Municípios-estâncias hidrominerais e mesmo para as Capitais. Posteriormente, na Constituição de 46 é que algumas Capitais — e todas acabaram sendo — foram transformadas em Municípios, cujos prefeitos podiam

ser eleitos. Não é assim novidade o decreto que vem de ser baixado pelo Sr. Presidente da República, atendendo ao que a Constituição estabelece, à recomendação do Conselho de Segurança Nacional. Assim sendo, a liderança da ARENA, tanto no Senado como na Câmara — e para falar aos Srs. Deputados tenho o assentimento do eminente Líder da ARENA na Câmara dos Deputados —, recomenda aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores a aprovação do texto deste decreto, porque está rigorosamente nos termos da Constituição e atende ao supremo interesse nacional. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Senador Pet-  
tônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

**O SR. DEPUTADO JOEL FERREIRA (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não vejo na decisão do Governo o Município a ou b, nem o Estado do Pará. Entendo que a situação é mais séria do que a fronteira deste ou daquele Município. Quem se detiver em ler a exposição de motivos através da qual se propõe a inclusão de três Municípios do Pará na área de segurança nacional, verificará, desde logo, que não se disse em nenhum instante as razões que levaram os órgãos de segurança do Governo a assim agir. O próprio Líder do Governo não as proclamou. E eu entendo que S. Exa. não o fez porque não sabe.

Confesso que sobre este assunto já tenho matutado, como se diz na gíria, algumas vezes, e não encontrei qualquer razão para que, em função do exercício democrático, de votação, de eleições, se possa considerar periclitante a situação de determinado Município, simplesmente por haver eleição para Prefeito. A incongruência é gritante, Srs. Congressistas. A prova de que não é esse o argumento válido é que não há eleição para Prefeito, mas há para Vereadores. Não é o processo de eleição, o aglomerado do dia eleitoral, que pode dificultar ou abalar as estruturas do Estado ou da Nação a ponto de se ter de incluir, na área de segurança nacional, determinados Municípios. Mas talvez eu me desse por satisfeito se informassem as razões pelas quais se incluíram tais

Municípios na área de segurança nacional. Por quê? Não se sabe.

**O Sr. Senador Benedito Ferreira** — Nobre Deputado Joel Ferreira, V. Exa., como homem estudioso da Região Amazônica, sabe muito bem as razões por que foram incluídos na área de segurança nacional esses municípios. V. Exa. é um estudioso e, assim sendo, conhece o programa de integração nacional. V. Exa. não desconhece que esses municípios se encontram no trajeto da Transamazônica. V. Exa. sabe que o programa de integração nacional implica trazer todos os desempregados, todos os sem-terra, todos os flagelados do Nordeste para povoar aquela região. Aí está a razão. E V. Exa. não a ignorava, mas, como hábil homem da Oposição, inteligente como sói ser V. Exa., aproveita esse descuido, esse "cochilo" mesmo da publicação, que não trouxe a exposição de motivos que, tenho certeza, saciaria de sobra a curiosidade e a vocação democrática do nobre colega. Logo, se o Governo Federal se propõe a investir, e está de fato investindo, naquela área, e a preparar a infraestrutura para receber milhões e milhões de brasileiros que vão povoar aquela região, essa atitude é legítima, principalmente quando se sabe que essa medida objetiva a resolver problemas de segurança nacional. Sabe V. Exa. que os problemas sociais, os problemas internos, hoje, oferecem muito mais perigo à segurança nacional do que os ataques externos. Portanto, se estamos buscando resolver problemas sociais da grandeza, da dimensão dos que existem na região que V. Exa. e eu representamos nesta Casa, a Região Amazônica, se buscamos resolver, pelos mesmos métodos, os problemas do Nordeste, estão se buscando soluções de fato para problemas que têm grandes e sérias implicações na segurança nacional. Daí por que a preocupação em reservar-se o Governo Federal o direito de nomear os gestores desses municípios que vão sofrer como que um agigantamento pelo povoamento, pelas obras de infra-estrutura e superestrutura que ali serão implantadas com o dinheiro de todo o País. Assim sendo, quero crer que está mais do que justificada e saciada a curiosidade de V. Exa. Eram essas as minhas considerações. Muito agradecido a V. Exa. pela

tolerância e paciência com que me ouviu.

**O Sr. Deputado Júlio Viveiros** — Desejaria esclarecer ao ilustre Senador que aparteu V. Exa. que a Belém—Brasília foi povoada. Existe ali o Município de Paragominas, onde se elegeu Prefeito e não foi preciso aplicar-se a Lei de Segurança, pois todos ali trabalham e produzem para a economia nacional. E a Transamazônica nada mais seria do que uma segunda Belém—Brasília para a nossa região.

**O Sr. Senador Benedito Ferreira** — Nobre Deputado Joel Ferreira, eu não desejava tumultuar, de modo algum, o pronunciamento de V. Exa. Mas queria lembrar ao Deputado Júlio Viveiros que existe uma diferença muito grande entre aquilo que se fez na Belém—Brasília e o que se está realizando na Transamazônica. Na Belém—Brasília houve uma colonização espontânea. Não houve colonização dirigida, o mesmo não acontece na Transamazônica que tem um projeto para povoamento dirigido. Logo, não há como querer confundir o povoamento espontâneo na Belém—Brasília com aquele que se implanta na Transamazônica.

**O SR. DEPUTADO JOEL FERREIRA** — Srs. Congressistas, V. Exas. ouviram perfeitamente o argumento do eminente Senador Benedito Ferreira. Em síntese, S. Exa. disse o seguinte: o Governo tem medo do povo naquelas áreas em que se vão aglomerar pessoas conduzidas pelo próprio Governo para desenvolver esses municípios. E, em razão disso, terão de ser elas consideradas como áreas de segurança nacional.

Senhores Congressistas, é realmente difícil sustentar a tese da necessidade da inclusão dessas áreas como de segurança nacional. Talvez o mais fácil fôsse sustentar que as eleições poderiam tumultuar e, em razão disso, elas seriam suprimidas. Mas, nem essa razão seria válida, porque há eleições para a Câmara de Vereadores nesses municípios, alguns deles já seculares.

Senhores Congressistas, não defendo — repito — os três municípios do Pará. Defendo o princípio funda-

mental que amanhã poderá ser extinto, com a inclusão de mais 3, mais 6 ou mais outros 10. E eu confesso que, no dia em que entender que as razões fundamentais deste procedimento do Governo são válidas — e alguns que me conhecem sabem que elogiarei o Governo deste microfone, eu, da Oposição, virei à tribuna reconhecer a validade do ato do Governo. Mas, até agora, nem mesmo os Líderes do Governo podem justificar as razões de, municípios seculares, que nunca ameaçaram a segurança nacional, passarem a constituir para ela uma ameaça. Disse muito bem o Deputado Júlio Ribeiros que, em regra, os interventores desses municípios não são filhos da terra. Já levam o gravame de não terem um mandato com prazo certo, de serem demissíveis *ad nutum*, de não terem, portanto, uma constância em sua administração. E ainda, de modo geral, são homens não vinculados ao interesse regional. Daí por que não pode o interventor, com mandato aleatório, descontínuo, de modo geral desconhecedor dos problemas locais, fazer a mesma administração que um homem nascido no município e ali domiciliado, com o coração e a alma ali fincados, e com mandato certo de quatro anos durante o qual ele sabe que pode desenvolver uma boa administração.

Por todas essas razões, estou convencido de que, com a maneira como se tem legislado neste País, isto é, no caso em espécie, através de Decreto-lei, não resta alternativa a esta Casa. Só teria ela a possibilidade de rejeitar ou aprovar. Teria, como disse, porque não há qualquer possibilidade de rejeitar; ela só tem uma possibilidade: aprovar não apenas este Decreto-lei, mas quantos aqui chegarem, traçando normas para qualquer assunto.

De qualquer sorte, parece-me que, como brasileiro — nem quero colocar-me como homem da Oposição — cabia a mim exprimir a minha estranheza. E ela é muito válida, porque todos temos esperança de que o Governo, à proporção que o tempo permita, vá abrindo o processo democrático. Enquanto assim pensamos, a resposta nos é dada de maneira concreta e objetiva pelo lado avesso do pensamento. É a lei do Império penetrando ainda em áreas que não ha-



via atingido, tirando das portas abertas da democracia municípios que, durante tantos anos, tiveram eleições e prefeitos eleitos e não constituíram ameaça a este País. Sabedor ainda de que, em vão, pelo menos por agora, ecoará a nossa palavra, reclamando e estranhando o procedimento de S. Exa., aqui fica a minha palavra de não assentimento ao ato do Senhor Presidente da República, que considera de interesse da segurança nacional esses municípios do Pará. Reafirmo, não sou radical. Se entendesse diferente, diversamente seria meu pronunciamento. Entretanto, estou seguro de que ninguém poderá sustentar a tese de que realmente é necessária essa inclusão, embora sua justificativa se torne imperiosa.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, registro aqui minha estranheza e não conformação com o procedimento do Governo, quando inclui na área de segurança nacional mais três municípios, sem sequer apresentar razões ao Congresso Nacional. **Muito bem!**)

**O SR. PRESIDENTE** Senador Petrólio Portella) — Concedo a palavra ao ilustre Deputado Jairo Brum.

**O SR. DEPUTADO JAIR BRUM** (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, de fato, esta não é uma questão nova; é uma velha questão. Contra ela combatemos, quando determinada lei retirou dos cidadãos de quase uma centena de municípios brasileiros o direito de escolher seus governantes.

Em meu Estado, lembro-me bem — ainda ontem discutíamos a respeito neste Plenário — toda a fronteira do Rio Grande do Sul foi declarada zona de segurança nacional. Recordo-me de que, na época, dizia que aquela fronteira fomos nós que marcamos, que delimitamos, que defendemos. Os nossos parentes, os mais antigos de nossa família ainda estão lá, nas fronteiras do Rio Grande do Sul. E isso aconteceu, quando aquelas fronteiras eram vivas e palpitantes. Hoje, a fronteira do Rio Grande do Sul é fraterna, de bailes de amizade, é fronteira que não precisa mais ser tão resguardada, porque os povos irmãos se abraçam a cada instante, e não há perigo de invasão, nem de guerra.

Quando foi necessário, durante a guerra, quando o sacrifício era imperativo, nós estávamos lá, quantas vezes sozinho, nós, os homens do Rio Grande do Sul. De nossa fronteira surgiram as estórias mais belas do Rio Grande do Sul.

Agora aquelas cidades heróicas — Uruguaiana, São Borja, Santana, Bagé — todas elas, símbolos de heroicidade e de bravura do povo brasileiro, transformaram-se em zonas de segurança, e seus filhos, que ontem lhes davam seu sangue e sua vida, não têm direito de escolher seu Prefeito Municipal.

Então, dizem que são áreas de segurança e que de uma relação de dez o Presidente escolherá um. Sabemos, pois os jornais do Rio Grande noticiam hoje, que o Diretório da ARENA está escolhendo os nomes que remeterá ao Governador e este ao Presidente. De fato, é uma nomeação do Diretório da ARENA de cada município.

Ora, que acontece, então, com essa zona de segurança? Tira-se do povo o direito de eleger. Tenho a impressão de que nesses 3 municípios — é impressão só — em Marabá, Altamira e Itaituba — o MDB tem condições muito razoáveis de vencer as eleições, porque, no meu Estado, todos os municípios onde o partido é forte transformaram-se em zona de segurança. Depois das eleições realizadas em Osório, Tramandaí e Canoas, cassaram os prefeitos eleitos pelo povo, homens dignos, corretos e honrados, que conheciam os problemas dos municípios. Sabem-nos de cor, porque amam aqueles municípios. Mas foram afastados, e outros que não os conhecem foram nomeados. Nem conhecem a administração; não sabem, muita vez, onde fica a praça do município.

Sr. Presidente, V. Exa. foi Governador, sabe que o prefeito precisa, antes de colocar um bueiro, conhecer a vida palpitante do município. Eu fui prefeito e sei que é assim, mas esses nomeados nem isto sabem. De vez em quando pintam a casa do Governador, se o município fica nas praias, para que ele encontre a sua casa de veraneio em boas condições. Tenho a im-

pressão de que, para alguns, esse é o trabalho fundamental. Mas aqui não é questão nova; é questão velha. Temos debatido, constantemente, este problema. E agora vão cassar, no Pará, o direito de cidadania de três municípios. E nós aqui, na Casa do povo, nós que devemos zelar e cuidar dos direitos cívicos e políticos do povo, vamos aprovar esse projeto contra o voto do MDB, é evidente, porque tenho, neste instante, a honra de, por delegação de nossa Liderança, dizer que o Movimento Democrático Brasileiro votará contra esse projeto, votará contra todos os projetos semelhantes que estão a cada instante tirando do povo o direito de eleger, o direito de escolher seus Governantes.

Estamos nesta luta, Sr. Presidente, e dizem que nós estamos, constantemente, a nos repetir e falar em **habeas corpus**, que é uma coisa tão comum, . . . V. Exa. já imaginou? Dizer que o **habeas corpus** é comum, e que é cansativo, que defendamos, constantemente, num Congresso como este? Pois saiba V. Exa. que já se diz nesta Casa que é cansativo, que é exaustivo ouvir o MDB falando no direito do povo de requerer o **habeas corpus**. Sabe V. Exa. que também já é "exaustivo" e muitos ouvidos se chocam, porque estamos aqui, constantemente combatendo o Ato Institucional n.º 5, que é uma ameaça permanente ao nosso povo brasileiro, que julgo digno, honrado e bom, e que merece mais do que tem e que, entretanto, a cada instante é roubado e burlado nos seus direitos e nas suas aspirações? Ora, Sr. Presidente, eu nunca vi forma de se amar uma pátria como esta, rejeitando aquilo que ao fim e ao cabo é a própria pátria, porque, a não ser por abstrações fora do comum não posso compreender que de uma pátria se afaste o povo. E quando se diz que o povo é incapaz, quando se diz que o povo não tem condições, quando se diz que o povo é imaturo, se está agredindo o povo, se está ferindo a Nação, se está desservindo à Pátria, se está negando a República. É por isso que estamos aqui, constantemente, lutando por esse princípio. E vamos permanecer lutando por eles. Quanto às obras que o Governo fez, se as fez, muito bem. Outra não era a sua obrigação. Ou queriam, porven-

tura, tirar os direitos do povo e nada fazer? Não estamos aqui para aplaudir nem para elogiar obras. Elas são o resultado da obrigação de quem quer que esteja no Governo. Estamos aqui para criticar e para resguardar os altos interesses desta República. O Movimento Democrático Brasileiro reafirmou, na magnífica concentração de Porto Alegre, a sua disposição de lutar pelo pronto restabelecimento da democracia em nossa Pátria. Dizem por aí que existe uma democracia brasileira. A definição que ouvi aqui foi de "democracia tutelada." Isso foi dito, aqui, nesta Câmara. Temos uma democracia tutelada. Ora bem, a tutela pressupõe — é evidente — a incapacidade. Logo, Sr. Presidente, estamos vivendo numa República de incapazes, onde a democracia tem de ser tutelada. Contra tudo isso é que nos rebelamos, nós que amamos a República, nós que amamos a Nação, que amamos a Pátria, nós que não negamos a Pátria, nós que temos a convicção de que o nosso povo pode orientar os seus passos e guiar o seu destino. Nós continuaremos a lutar contra todas essas agressões. E começamos aqui, Senhor Presidente, rejeitando acolhida a este Decreto-lei, em homenagem ao povo, bom e generoso, de Altamira, de Marabá e de Itaituba, em homenagem ao povo do Pará, em homenagem aos homens de Uruguaiana, aos homens de São Borja, em homenagem aos sonhos dos homens desta República, que não precisam de tutela e que bem sabem que podem realizar o destino desta Nação. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrólio Portella)** — Encerro a discussão, pois não há mais oradores inscritos.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. (Pausa.)

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto permaneçam como estão. (Pausa.)

Está aprovado o projeto.

**O SR. DEPUTADO JAIRO BRUM** — Sr. Presidente, pela ordem, sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrólio Portella)** — Tem a palavra V. Exa.

**O SR. DEPUTADO JAIRO BRUM** — Sr. Presidente, sei que V. Exa. consignará, mas falo neste instante só para recordar à Taquigrafia que a Bancada do MDB, da Câmara e do Senado, levantou-se no momento da aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrólio Portella)** — O registro será consignado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado. Dispensada a redação final, nos termos do § 2.º do art. 51 do Regimento Interno. A matéria vai à promulgação.

#### Item 2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 1970 (CN), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.132, de 13 de novembro de 1970, que prorroga o prazo de que trata o art. 1.º do Decreto-lei n.º 46, de 18 de novembro de 1966.

Em discussão o decreto legislativo.

**O SR. DEPUTADO MARCOS FREIRE** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrólio Portella)** — Tem a palavra V. Exa.

**O SR. DEPUTADO MARCOS FREIRE (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é sabido que a Constituição de 67 preocupou-se em fortalecer o Poder Executivo e o fez desmesuradamente, inclusive através da consagração do instituto do decreto-lei, ressurgindo e repetindo, assim, o que havia sido consagrado tão-somente pela Constituição de 1937. A esse instituto consagrado em 1967 deveu-se uma série de críticas e, ao mesmo tempo, uma série de defesas em torno da sua necessidade como exigência do mundo moderno. Lembro-me, inclusive, da crítica que foi então formulada pelo insuspeito e saudoso Senador Paulo Sarazate, homem identificado com o

regime implantado no País após 64, mas que chegou mesmo a apresentar uma emenda ao projeto constitucional para que não permanecesse naquele texto que o Presidente da República poderia expedir decretos-leis em casos de urgência ou de interesse público, porque, dizia aquele Senador, se deveria conjugar as duas coisas: "de urgência e de interesse público relevante". Mas, apesar de sua identidade com o regime então existente, não logrou aprovação a emenda por ele apresentada. Esse é apenas um exemplo das inúmeras críticas. Esse é apenas um exemplo das inúmeras críticas e ataques então formulados ao instituto do decreto-lei. Entre outras acusações, estava aquela que mostrava que o decreto-lei implicava na participação do direito de legislar. Os defensores do texto constitucional de 67, porém, diziam que tal não ocorreria, porque os efeitos dos decretos-leis só se produziriam depois de devidamente ratificados pelo Congresso. Talvez isso tenha chamado a atenção do Executivo. Em 69, quando a Junta Militar, que assumiu a direção do País, resolveu alterar a Carta Constitucional de 67, foi mais precavida e acrescentou um novo parágrafo ao art. 55, em que se dizia:

"§ 2.º — A rejeição do decreto-lei não implicará nulidade dos atos praticados durante a sua vigência."

Portanto, isso fazia que se configurasse, definitivamente, que já não precisava da ratificação do Congresso para que o Poder Executivo pudessem legislar.

Srs. Congressistas, na verdade o caso em exame, neste momento, configura bem como vêm a este Congresso verdadeiros casos consumados. Com efeito, o que está em aprovação é um decreto-lei que prorroga outro Decreto-lei até 30 de dezembro de 1970. Então, este Congresso está diante de um fato consumado. Os efeitos desse decreto já se produziram, e na verdade não sobreexiste sequer mais interesse ou utilidade alguma em estarmos aqui para discutir ou para aprovar esse Decreto-lei. Este Congresso não precisa mais falar sobre essa mensagem. Os efeitos a que o Decreto-lei se propunha já estão con-

sumados. Na verdade, a finalidade desse Decreto-lei já está atingida.

**O Sr. Deputado Fernando Lyra** — Deputado Marcos Freire, V. Exa. analisa o decreto-lei que ratifica e estende a dimensão de outro decreto-lei. E V. Exa. fala com autoridade de professor, inclusive com um trabalho publicado que tive a honra de ler. Mas, Deputado Marcos Freire, impressionantes são os argumentos usados dessa tribuna e do microfone de apartes por aqueles que defendem ardorosamente o Governo. Dizem que o Congresso tem força, que o Congresso continua com todas as prerrogativas, que o Congresso é realmente capaz de decidir. Quando V. Exa. lê o § 2.º, do Art. 55, em que a Junta Militar retira o direito de o Congresso opinar, quando sabemos que a ARENA possui uma maioria esmagadora para ratificar esse decreto-lei, no meu entender a prova da desconfiança extrapola. Não confiam, nem confiaram nessa maioria que jura pelo Governo a toda hora, onde apenas um homem se levanta para votar como duzentos e tantos. Portanto, nobre Deputado Marcos Freire, o nosso apoio ao seu argumento. Mostra V. Exa. que o Congresso realmente precisa voltar a ter as prerrogativas que dispunha. Quando discutimos aqui problemas políticos, inclusive da reforma do Legislativo, nosso objetivo é que não se pratiquem outros atos como esse que V. Exa. agora menciona. E são esses homens os que, às vezes, nos criticam por trazermos problemas políticos à tribuna. Mas eles também o fazem, há apenas uma pequena diferença. Nós o fazemos com imparcialidade, dentro do princípio ideológico que trazemos como norma de nossa conduta, ao passo que os nossos ilustres companheiros desta Casa, do outro lado, vêm apenas com o interesse de ratificar o que já é desnecessário ser ratificado. Muito obrigado a V. Exa.

**O SR. DEPUTADO MARCOS FREIRE** — Eu que agradeço a V. Exa. que evidencia como cada vez mais se fecha o cerco em torno da faculdade legislativa do Congresso. O § 2.º do art. 55 fez com que desaparecesse uma daquelas condições de validade dos decretos-leis, ou seja, a própria ratificação pelo Congresso, porque, como já assinalai, já não depende dessa ra-

tificação para que o decreto produza seus efeitos. Isso ocorre independentemente da ratificação que exatamente apenas representará, se não ocorrer, como que a revogação de uma lei que terá produzido seus efeitos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, demonstrado está que já não há finalidade para apreciação do decreto-lei em questão pelo Congresso, desde que já foi ela atingida, está bem claro que já não é necessária a aquiescência do Congresso, já não é preciso que este Congresso se pronuncie sobre ele, desde que seus efeitos já se consumaram. E o MDB, o partido da Oposição, portanto, quer apenas assinalar esse fenômeno, sem nem precisar entrar no mérito do decreto, porque, sem aquiescência deste Congresso, com aquiescência deste Congresso, sem a sua vontade, com a sua vontade, contra a sua vontade, este decreto já é simples fato consumado. (Muito bem! Palmas!)

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrônio Portella)** — Encerro a discussão, pois não há mais oradores inscritos para discutir a matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Fica consignado, em Ata, o pronunciamento da honrada Oposição.

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos do § 2.º do art. 51 do Regimento Comum, a matéria vai à promulgação.

#### Item 3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 1970 (CN), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.133, de 16 de novembro de 1970, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutí-lo, dou por encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo na Câmara e no Senado e dispensada, nos termos do Regimento Comum, a redação final, o projeto irá à promulgação.

#### Item 4

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1970 (CN), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.134, de 16 de novembro de 1970, que altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutí-lo, dou por encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto na Câmara e no Senado e dispensada, nos termos do Regimento Comum, a redação final, o projeto irá à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Petrônio Portella)** — Antes de encerrar a presente Sessão, lembro aos Senhores Congressistas que amanhã, dia 28 de abril, às 10 horas, haverá Sessão Conjunta destinada à apreciação dos Projetos de Decreto-Legislativo n.ºs 1, 2 e 3, de 1971 (CN), que aprovam, respectivamente, os textos dos Decretos-leis n.ºs 1.135, 1.141 e 1.145, de 1970.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 22 horas e 20 minutos.)

# *Constituição da República Federativa do Brasil*

## QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas  
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.  
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).  
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisado pela Diretoria de Informação Legislativa e impresso pelo  
**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

## INELEGIBILIDADES

### LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

"Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

### ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

"Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

### LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

# REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- ementário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginália (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

**PREÇO DOS TRÊS VOLUMES — Cr\$ 30,00**

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

## ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos **ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do **CÓDIGO CIVIL**.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

### I PARTE

- |   |      |
|---|------|
| a) Classificação, por artigo, do Código Civil ..... | V    |
| b) Legislação Complementar .....                    | CLXV |

### II PARTE

- |   |    |
|---|----|
| a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil ..... | 1  |
| b) Julgamentos .....                              | 27 |

### III PARTE

- |  |     |
|--|-----|
| a) Índice alfabético remissivo .....             | 389 |
| b) Índice numérico por espécie de processo ..... | 458 |

Preço do volume com 680 páginas em brochura ..... Cr\$ 30,00

Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia ..... Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Os pedidos devem ser endereçados à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro — GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534

# LEGISLAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

## Coleção de Decretos-leis n.ºs 1 a 318 do Governo

### Castello Branco e Legislação Correlata

4 volumes em um total de 2.096 páginas — Preço em brochura Cr\$ 40,00  
— encadernada Cr\$ 80,00

(Obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa, composta e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal.)

#### ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO CITADA OU REVOGADA — ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — GOVERNO COSTA E SILVA E DOS MINISTROS MILITARES RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

##### 1º VOLUME CONTENDO 268 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 10  
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 52 A 56  
DECRETOS-LEIS Nºs 564 A 664 E LEGISLAÇÃO  
CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR  
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

##### 2º VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 5  
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 38 A 40  
DECRETOS-LEIS Nºs 348 A 409 E LEGISLAÇÃO  
CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR  
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

##### 3º VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 6 E 7  
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 41 A 50  
DECRETOS-LEIS Nºs 410 A 480 E LEGISLAÇÃO  
CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR  
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

##### 4º VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 8 E 9  
ATO COMPLEMENTAR Nº 51  
DECRETOS-LEIS Nºs 481 A 563 E LEGISLAÇÃO  
CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR  
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

##### 5º VOLUME CONTENDO 336 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 4  
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 37  
DECRETOS-LEIS Nºs 319 A 347 E LEGISLAÇÃO  
CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR  
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

##### 6º VOLUME CONTENDO 488 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 11  
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 57 A 62  
DECRETOS-LEIS Nºs 665 A 804 E LEGISLAÇÃO  
CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR  
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

##### 7º VOLUME CONTENDO 290 PÁGINAS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1  
ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 12 A 17  
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 63 A 67  
DECRETOS-LEIS Nºs 805 A 851 E LEGISLAÇÃO  
CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR  
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

##### 8º VOLUME CONTENDO 318 PÁGINAS

DECRETOS-LEIS Nºs 852 A 941 E LEGISLAÇÃO  
CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR  
ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

TRABALHO ELABORADO PELA EQUIPE DE COMPILADORES DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO  
FEDERAL, SOB A SUPERVISÃO DO DES. MANUEL JOSÉ MACHADO BARBUDA

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 —  
ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Ja-  
neiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de  
Julho, 2.029 — C.P. 5534.

Faça sua assinatura do

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **SEÇÃO II**

---

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

### **SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

---

#### **PREÇOS DAS ASSINATURAS:**

##### **Via Superfície:**

Semestre ..... Cr\$ 20,00

Ano ..... Cr\$ 40,00

##### **Via Aérea:**

Semestre ..... Cr\$ 40,00

Ano ..... Cr\$ 80,00



# REFORMA ADMINISTRATIVA

(redação atualizada)

Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhes deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (D.O. de 29-2-68), e os Decretos-leis n.ºs 900, de 29-9-69 (D.O. de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (D.O. de 21-10-69), e 1.093, de 17-3-70 (D.O. de 18-3-70).

**Índice Alfabético — (Por Assunto) Legislação Correlata**

Edição organizada, revisada e impressa pelo  
**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Preço: Cr\$ 5,00

## Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional Número 1, de 17-10-69)

### FORMATO DE BÔLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA .....	Cr\$ 2,00
	ENCADERNADA EM PLÁSTICO .....	Cr\$ 3,50
	ENCADERNADA EM PELICA .....	Cr\$ 7,00

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

Praia de Botafogo, 190 — Rio de Janeiro — GB ou SQS 104 — Bl. A — Loj. 11 — Brasília

## JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### "REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF"

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

#### CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

**PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS, JÁ PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO: 29 VOLUMES**

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF  
Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

# NÔVO CÓDIGO PENAL

A "Revista de Informação Legislativa", do Senado Federal, divulga, em seu número 24, uma seção destinada ao nôvo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

**1.<sup>a</sup> parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria**

- Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).
- Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

**2.<sup>a</sup> parte — Quadro comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69  
Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40 e legislação correlata.**

Preço Cr\$ 10,00

---

## NÔVO CÓDIGO PENAL MILITAR

E

## NÔVO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MILITAR

A "Revista de Informação Legislativa", editada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, no seu n.º 26, publica as seguintes matérias:

### COLABORAÇÃO

— "Inconstitucionalidade do decreto-lei sobre censura prévia" — (Senador Josaphat Marinho) — "Sociologia das regiões subdesenvolvidas" — (Professor Pinto Ferreira) — "Poder de iniciativa das leis" — (Professor Roberto Rosas) — "O sistema representativo" — (Professor Paulo Bonavides).

### CÓDIGOS

— "Código Penal Militar" — 1.<sup>a</sup> parte: I — Anteprojeto de Código Penal Militar (autor: Ivo D'Aquino) — II — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva — 2.<sup>a</sup> parte: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-1969 — Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-1944 — (Ana Valdez Ayres Neves de Alencar) — "Código de Processo Penal Militar" — "Lei de Organização Judiciária Militar" — "Justiça Militar e Segurança Nacional" — Ementário de Legislação.

### PUBLICAÇÕES

— Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa.

---

Os pedidos devem ser endereçados à **Fundação Getúlio Vargas** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

**Serviço Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.503**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20**